



**INTEGRANDO CONHECIMENTOS
EM METODOLOGIA CIENTÍFICA
PARA ALÉM DE NORMAS:**

**uma experiência na
área da saúde.**



URI

SANTIAGO

**E-book com trabalhos de
Metodologia Científica**

1ª edição | Ano 2020

**INTEGRANDO CONHECIMENTOS EM METODOLOGIA
CIENTÍFICA PARA ALÉM DAS NORMAS: UMA
EXPERIÊNCIA NA ÁREA DA SAÚDE**

ACTAS COM TRABALHOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA

ORGANIZADORES

Patrícia Bitencourt Toscani Greco

Bruna Xavier Pereira

Brunella Brum de Freitas

Emannuele de Almeida Soares

Carla Oliveira Beck

Carolina Oliveira Carvalho

Mariana Avila Monte

Lauren Naressi Duarte

Vitória Ferreira Lançanova



**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA
DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES**

REITOR

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edite Maria Sudbrack

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Neusa Maria John Scheid

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Nestor Henrique de Cesaro

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Ezequiel Plínio Albarello

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretor Acadêmico

Adilson Luís Stankiewicz

Diretor Administrativo

Paulo José Sponchiado

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Whatuba

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Michele Noal Beltrão

Diretor Acadêmico

Claiton Ruviano

Diretora Administrativa

Rita de Cássia Finamor Nicola

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Dinara Bortoli Tomasi

Diretora Acadêmica

Renata Barth Machado

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Luiz Valentim Zorzo



**INTEGRANDO CONHECIMENTOS EM
METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA ALÉM
DAS NORMAS: UMA EXPERIÊNCIA NA
ÁREA DA SAÚDE
ACTAS COM TRABALHOS DE
METODOLOGIA CIENTÍFICA**

Organização

Universidade Regional Integrada do Alto
Uruguai e das Missões
Câmpus Santiago

Departamento de Ciências da Saúde
Curso de Enfermagem
Curso de Farmácia

Comissão Organizadora

Docentes da Disciplina de Metodologia
Científica Acadêmicos dos Cursos de Graduação
de Enfermagem e de Farmácia

Comissão Científica

Patrícia Bitencourt Toscani Greco
Amanda Leitão Gindri

Organização dos anais

Patrícia Bitencourt Toscani Greco
Bruna Xavier Pereira
Brunnella Brum de Freitas
Emannuele de Almeida Soares
Carla Oliveira Beck
Carolina Oliveira Carvalho
Mariana Avila Monte
Lauren Naressi Duarte
Vitória Ferreira Lançanova

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES
CÂMPUS SANTIAGO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

INTEGRANDO CONHECIMENTOS EM METODOLOGIA
CIENTÍFICA PARA ALÉM DAS NORMAS: UMA EXPERIÊNCIA NA
ÁREA DA SAÚDE

ACTAS COM TRABALHOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA

Organizadores

Patrícia Bitencourt Toscani Greco
Bruna Xavier Pereira
Brunnella Brum de Freitas
Emannuele de Almeida Soares
Carla Oliveira Beck
Carolina Oliveira Carvalho
Mariana Avila Monte
Lauren Naressi Duarte
Vitória Ferreira Lançanova



Frederico Westphalen
2021



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Patrícia Bitencourt Toscani Greco, Bruna Xavier Pereira, Brunnella Brum de Freitas, Emannuele de Almeida Soares, Carla Oliveira Beck, Carolina Oliveira Carvalho, Mariana Avila Monte, Carolaine Natália Soares Bernardi, Lauren Naressi Duarte, Vitória Ferreira Lançanova

Revisão Metodológica: Editora URI – Frederico Westph

Revisão Linguística: Adriane Ester Hoffmann

Diagramação: Editora URI – Frederico Westph; Organizadores das actas

Capa/Arte: Sonaira Canterle

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catlogação na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

C188 Actas com trabalhos de metodologia científica

Integrando conhecimentos em metodologia científica para além das normas [recurso eletrônico] : uma experiência na área da saúde actas com trabalhos de metodologia científica / organização Patricia Bitencourt Toscani Greco ... [et. al]. – Frederico Westphalen, RS : URI Westph, 2021.

1 recurso online. 60p.

ISBN: 978-65-89066-14-9

1. Metodologia científica 2. Enfermagem 3. Farmácia 4. Alimentação saudável
5. Coronavírus 6. Medicamentos I. Greco, Patrícia Bitencourt Toscani.

C.D.U.: 616-083

Catlogação na fonte: bibliotecária Sandra Milbrath CRB 10/1278



URI – Câmpus de Frederico Westphalen - Prédio 9

Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000

Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265

E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE NA DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA EM MEIO À PANDEMIA	8
<i>Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	
PERSPECTIVAS DE ACADÊMICOS DO PRIMEIRO SEMESTRE EM MEIO À PANDEMIA.....	10
<i>Carla Oliveira Beck; Carolina Oliveira Carvalho; Emannuele de Almeida Soares; Mariana Ávila Monte</i>	
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PARTO HUMANIZADO: ESTUDO DE REVISÃO	14
<i>Carla Oliveira Beck; Antônia Da Luz Martins; Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS PORTADORES DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: REVISÃO NARRATIVA.....	19
<i>Caroline Natalia Soares Bernardi; Daniely Dos Santos Pereira; Luiza Mariana Dorneles Pires Przyczynski; Patrícia Bitencourt Toscani Greco; Amanda Leitão Gindri</i>	
CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM O PACIENTE	24
<i>Alisson da Vida Thoma; Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	
IMPLICAÇÕES DA AUTOMEDICAÇÃO	28
<i>Letícia Rodrigues Quines; Andressa De Souza Turchetti; Patrícia Bitencourt Toscani Greco; Amanda Leitão Gindri</i>	
IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA A SAÚDE	32
<i>Milene Vargas Resmini; Sara Nunes Pinto; Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	
ENSINO DAS TERAPIAS COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA	36
<i>Leonardo Lavarda Simi; Vitória Ferreira Lançanova; Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	

O USO DE CLOROQUINA E HIDROXICLOROQUINA COMO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO	41
<i>Brunnella Brum Freitas; Mariana Ávila Monte; Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	
<i>Amanda Leitão Gindri</i>	
USO INDEVIDO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL	45
<i>Henrique Da Rosa; Wagner Cunha; Patrícia Bitencourt Toscani Greco; Amanda Leitão Gindri</i>	
PREVENÇÃO DE INFECÇÃO HOSPITALAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA	49
<i>Bruno Lucas Santos; Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	
TRANSTORNO MENTAL NO PÓS-PARTO	53
<i>Angelita De Lara Brum Pedroso; Lauren Naressi Duarte; Naiana Chimendes Anibale; Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	
TRANSTORNOS DESENCADEADOS PELO ESTRESSE NO COTIDIANO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM	56
<i>Bárbara Ramos Margarín; Bruna Xavier Pereira; Emannuele de Almeida Soares.....</i>	
<i>Patrícia Bitencourt Toscani Greco</i>	

UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE NA DISCIPLINA DE METODOLOGIA CIENTÍFICA EM MEIO À PANDEMIA

Patrícia Bitencourt Toscani Greco

Ao início do 1º semestre do ano de 2020 parecia tudo correndo com tranquilidade e, em 17 de março, iniciou-se à busca por alternativas pedagógicas, a fim de contemplar as necessidades que vinham sendo colocadas às instituições de ensino em função da declaração da Organização Mundial de Saúde sobre a pandemia por Coronavírus. Assim, inicialmente, eram aulas gravadas pelo Powerpoint; posteriormente, a adaptação institucional foi permitindo um espaço mais organizado e com potencial semelhante ao de sala de aula. Surgiram, então, o Google Meet e o Google Classroom, a busca por espaços de troca, as alternativas para dar conta do distanciamento social imposto pela pandemia e, ao mesmo tempo, manter o pertencimento do espaço da sala de aula.

Assim, como conseguir ajustar uma disciplina teórica, do primeiro semestre do curso, que exige a reflexão sobre o que é universidade e o que ela produz, sem essa vivência plena? Foram tempos difíceis para o docente, mas, ao mesmo tempo, desafiadores e instigadores de novas práticas. Dessa forma, foi um período de (re) organização da disciplina e também de dedicação dos estudantes. Foi por meio de aulas dialogadas, de espaços para discussão, de aulas práticas para buscas em bases de dados que foi conduzida a disciplina de Metodologia Científica.

Nesse sentido, por compreender a importância de os estudantes, já no primeiro semestre, estarem constantemente atualizados e buscando novos conhecimentos baseados em evidências científicas, a disciplina proporcionou que os mesmos praticassem a busca e seleção de materiais em bases de dados científicos, estimulando a escrita científica por meio da elaboração de resumos expandidos. Cabe ressaltar que foi um exercício interessante e muito construtivo na caminhada da disciplina.

Desse modo, esta proposta veio, inicialmente, em um momento de aula prática, em que os estudantes acompanharam o professor em busca da base de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Biblioteca Virtual em

Saúde (BVS). Também, puderam reproduzir buscas com temáticas de acordo com seus desejos. Após esse momento, os estudantes tiveram encontros pelo Google Meet com o professor para que o mesmo pudesse orientar sobre a organização de um resumo expandido, bem como a estrutura de escrita científica. Ainda, o docente ficou à disposição para efetuar leituras dos trabalhos durante a semana.

Esse processo de escrita iniciou na disciplina; no entanto, sempre foi discutido, com os estudantes, quanto à graduação exige deles tal habilidade com postura crítica, reflexiva e com olhar científico. Destaca-se que a maioria dos estudantes conseguiu executar a atividade e escrever o resumo expandido conforme a proposta da disciplina. Ainda, em esta produção, a disciplina possibilitou ao estudante perceber que metodologia científica não se trata apenas de normas para citação, espaçamentos, construção, capa e folha de rosto. Sim, isso também é parte do processo; mas, além disso, é iniciar uma postura crítica e reflexiva sobre a própria formação e sobre o que vem sendo produzido na área de formação. Desse modo, entende-se que a experiência na disciplina de Metodologia Científica possibilitou ao estudante ter uma visão mais ampliada sobre a vida acadêmica e a construção de sua trajetória no processo de formação.

PERSPECTIVAS DE ACADÊMICOS DO PRIMEIRO SEMESTRE EM MEIO À PANDEMIA

Carla Oliveira Beck

Carolina Oliveira Carvalho

Emannuele de Almeida Soares

Mariana Ávila Monte

Ao início do nosso primeiro ano de ensino superior, tínhamos grandes desafios e dúvidas, tudo era novo, a universidade, as disciplinas, os professores; estávamos preparando nossas rotinas para termos um ano letivo presencial, cheio de descobertas sobre as graduações em Enfermagem e em Farmácia. No entanto, não foi como a maioria havia planejado. Em 17 de março, a universidade suspendeu as atividades presenciais devido à pandemia por COVID-19 e tudo mudou. Tivemos que nos reformular, mudar as rotas, nos adequar aos meios de ensino que foram apresentados e nos reorganizar novamente.

Buscar ajustarmo-nos não foi fácil, o desafio era grande para todos, pois as plataformas digitais, que foram apresentadas, eram raramente usadas para o ensino. Mas, com determinação e expectativas, que foram criadas no início do ano, tudo foi se encaminhando para que tivéssemos apoio e acesso às aulas e aos materiais.

A disciplina de Metodologia Científica trouxe vários desafios e, ao mesmo tempo, muito aprendizado para nós, acadêmicos, em tempo de pandemia. Assim, com todos os desafios, a disciplina proporcionou-nos o aprendizado em resumos expandidos e busca em base de dados, o que foi muito importante para toda nossa formação acadêmica. Contudo, para ter um melhor desempenho, foi necessário que os acadêmicos dominassem competências e habilidades que estavam ligadas à observação de um problema, à interpretação de conceitos e à produção de textos. Para isso, a disciplina foi essencial até o final do curso.

Nós, do curso de Enfermagem e de Farmácia, no primeiro semestre, estávamos todos tendo auxílio da professora na disciplina, que nos guiou de modo que

conseguíssemos entender de como devíamos estruturar nossos trabalhos, produzir com bases científicas, para assegurar um conhecimento verídico. Ademais, os meios de comunicação digital facilitaram-nos contatos rápidos e interação com colegas.

Porém, algumas dificuldades surgiram por motivo de efetividade e acesso à internet. Alguns de nós tínhamos problemas para conectarmo-nos e mantermo-nos acompanhando as aulas e as orientações de ensino a distância, mas sempre tinham colegas que nos ajudaram nessa jornada, tivemos um trabalho em equipe. O trabalho de resumo expandido, que realizamos, foi algo totalmente novo, principalmente por termos que manusear sites para a pesquisa, como a Biblioteca Virtual em Saúde e o LILACS. No entanto, conseguimos concluí-la e amamos saber de cada regra e de produzir resumos com temas diversos. Apresentamos alguns depoimentos realizados pelos acadêmicos, e autorizados para publicação:

“Neste primeiro semestre, foi muito importante ter a disciplina de Metodologia Científica, pois nos proporcionou a já ter experiência de como fazer e organizar um resumo expandido, que nos apresenta uma visão mais ampla sobre a disciplina, também nos ensina a como fazer buscas de dados por artigos e organizar o resumo, conforme regras da ABNT. Como não tínhamos nenhuma experiência em busca de dados, regras e tudo mais, achamos que seria bem complicado fazer o trabalho, mas indo pelas dicas e orientações foi incrível fazer, nosso trio conseguiu ter bastante domínio para escrever e fazer procuras de artigos para agregar em nosso trabalho. E, agora isso tudo que aprendemos, iremos ter bastante facilidade em outros trabalhos acadêmicos.” (Emanuele de Almeida Soares).

“Ter a disciplina de Metodologia Científica, no primeiro semestre, foi algo muito importante para o início da minha formação acadêmica, visto que aprendemos muito além de normas, e sim sobre como construir resumos, trabalhos e o TCC. Minhas expectativas com essa disciplina eram muito baixas, pois não gosto dessa área mais tecnológica dos trabalhos, mas minha realidade foi outra. Com certeza, aprendi muitas coisas novas e que irão me ajudar durante a universidade. O último trabalho que realizamos, sobre o resumo expandido, foi algo incrível. Eu e minha dupla conseguimos ter um domínio de como pesquisar nas bases de dados, formatar o resumo, fazer introdução, objetivos, métodos, resultados e o desenvolvimento. E, a professora também nos deu todo o auxílio

necessário para que concluíssemos esse trabalho, com certeza vamos nos lembrar de cada regra para confeccionarmos nossos trabalhos acadêmicos.” (Mariana ÁvilaMonte).

“A experiência de desenvolver um resumo expandido, na disciplina de Metodologia Científica, nos proporcionou uma visão mais ampla sobre a matéria e o que ela ensina, nos guiando de como realizar buscas na base de dados por artigos seguros e organizar nas normas da ABNT. Por meio das orientações da matéria passada pela professora, conseguimos artigos para desenvolver nosso tema, não tivemos dificuldade, pois encontramos diversos materiais de qualidade que exploravam, de muitas formas, o assunto. Com isso, realizamos muita leitura e compreensão de forma conjunta, eu e a minha dupla. Gostaríamos de falar sobre o PARTO HUMANIZADO e a ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM, nesse momento, e o que nos surpreendeu bastante na nossa pesquisa, foi que encontramos nos artigos que usamos relatos de pacientes, mulheres e familiares, que desconheciam totalmente seus direitos antes, durante e depois do parto e como esse deve ser realizado de maneira HUMANIZADA SEMPRE. Outra parte interessante foi formas não farmacológicas de serem usadas, que nós mesmas tínhamos dúvidas, métodos fora dos protocolos normalmente usados, menos invasivos que proporcionam mais conforto e confiança na gestante que, nesse momento, deve ser lembrado com carinho e positividade e não traumatizante.” (Carla Oliveira Beck).

“Ter a disciplina de Metodologia Científica, no primeiro semestre, foi bem importante, pois a área de tecnologia dos trabalhos me chama bastante atenção. Isso me deixou bem curiosa por participar dessa disciplina e fazer os trabalhos de pesquisa. A experiência foi ótima para mim, sem falar que nos proporcionou organizar resumos, artigos e que nos deixou com uma visão bem aberta em relação à disciplina, nos ajudando a realizar à busca de dados na BVS e a como organizar nas normas da ABNT. Com o auxílio da professora, o meu trio conseguiu desenvolver o trabalho com o tema que escolhemos: A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS PORTADORES DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA. Gostaríamos de comentar que nosso estudo contou com vários artigos, relatando que eles foram desenvolvidos em vários lugares como escola, farmácia, unidade básica, farmácia popular e de visitas domiciliares. Esse tema mostrou como devemos observar a assistência farmacêutica aos portares de HSA, pois o índice é muito alto de pessoas com esse problema. Também, possibilitou analisar que a Assistência farmacêutica precisa ganhar mais espaço dentro das unidades de saúde, para poder dar todo auxílio necessário.” (Carolaine Natalia Soares Bernardi).

“A disciplina de Metodologia Científica acrescentou muito para esse primeiro semestre, fez com que nós, acadêmicos, aprendêssemos conceitos fundamentais de planejamento, organização, análise e identificação de materiais adequados ao seu tema, pois aprendemos a organizar um resumo, o que auxilia na elaboração de um trabalho científico. É uma ferramenta de fundamental importância para o conhecimento dos métodos, fazendo com que a gente consiga chegar ao fim de uma forma mais organizada.” (Carolina Oliveira Carvalho).

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PARTO HUMANIZADO: ESTUDO DE REVISÃO

Carla Oliveira Beck ¹

Antônia Da Luz Martins ²

Patrícia Bitencourt Toscani Greco ³

INTRODUÇÃO: Entre os séculos XVI e XVIII, as mulheres pariam em suas residências com o auxílio de parteiras sem maiores interferências mecânicas no processo de parto, sendo a parturiente atuante e protagonista de todo o processo. Com o advento do capitalismo no Brasil, ao raiar do século XIX, o surgimento do fórceps e a aceitação da Obstetrícia como disciplina técnica, científica e dominada pelo homem, o parto passou a ser identificado como um evento perigoso e patológico para a mulher e o feto. Sendo assim, era essencial a presença do médico no processo de parturição. Inicialmente, os médicos assistiam as parturientes em casa com a participação das parteiras. Contudo, a ideia de risco de vida para a mulher e para o recém-nascido, nos partos em domicílio, era bastante discutida entre os obstetras, gerando, pois, a necessidade da hospitalização da gestante no momento do parto e, por conseguinte, o surgimento das maternidades. A conquista da realização do parto hospitalizado e a criação de maternidades tiveram resultados significativos, tais como a redução de óbitos maternos e neonatais, de modo que foram sonegados à individualidade e à autonomia das mulheres. Com efeito, a imposição de rotinas pelos profissionais evidencia, portanto, a substituição do paradigma não intervencionista, deixando a mulher de ser a protagonista do processo parturitivo, restando incertos os aspectos sobre o tipo de parto, as posições de parir e a negação quanto às intervenções desnecessárias (SANTOS et al., 2019). Com o passar dos anos, percebe-se que as intervenções obstétricas desnecessárias elevaram os números de cesáreas eletivas e

¹ Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

recém-nascidos prematuros. Com isso, viu-se a necessidade da regulamentação do serviço de Obstetrícia. A Resolução do COFEN, nº 516/2016, normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro (a) Obstetra e Obstetriz na assistência às gestantes, às parturientes e aos recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Casas de Parto Normal e/ou Casas de Parto e demais locais onde ocorra essa assistência. Ainda, no parágrafo único dessa mesma Resolução, ressalta-se que compete ao enfermeiro obstetra a emissão de laudos de internação hospitalar (AIH): para o procedimento de parto normal sem distócia, realizado pelo enfermeiro (a) obstetra; da tabela do SIH/SUS; identificação das distócias obstétricas; tomadas de providências necessárias até a chegada do médico; realização de episiotomia e episiorrafia (primeiro e segundo grau); e, aplicações de anestesia local quando necessário (COFEN, 2016). Visto o exposto até o momento, se faz necessário refletir sobre o papel da Enfermagem frente ao parto humanizado, como medida de proporcionar maior conforto e autonomia à parturiente. OBJETIVO: Conhecer, por meio da literatura nacional e internacional, o papel da Enfermagem diante da assistência do parto humanizado. MÉTODO: Trata-se de uma revisão de literatura, do tipo narrativo, realizado na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), pelo modo integrado. Também, em especial, na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além da base de dados de Enfermagem (BDEnf), no mês de junho de 2020. Para realizar o levantamento bibliográfico, deste estudo, utilizaram-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), previamente testados: “parto humanizado” ou “parto normal” e “assistência de enfermagem”. Obteve-se o total de 253 produções; dessas, selecionou-se 11 para análise, pois foram excluídos pela falta de conteúdo específico à temática e por resumos incompletos. RESULTADOS E DISCUSSÕES: Os artigos analisados foram, em sua grande maioria, encontrados na base de dados LILACS e BDEnf. Explanavam especialmente sobre a conscientização de gestantes e parturientes quanto ao tipo de parto e à importância da assistência de enfermagem nesse momento, que pode e deve ser acolhedor e humanizado, com respeito a sua cultura e ética. Isso permite autonomia, estabelece uma relação de confiança e apoio e garante que a mulher seja a protagonista. Tal postura, evita interferências médicas e o uso de fármacos sem indicação, com utilização de métodos de analgesias tecnológicas não farmacológicas como a aromaterapia. No contexto das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), a oficial

efetivação regulada em nível nacional ocorreu através do Decreto nº 971, de 03 de maio de 2006, que aprova a Política Nacional sobre Terapias Complementares e Integrativas (PNPIC - Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares) no Unificado Sistema de Saúde (SUS). A Resolução nº 197/1997, do COFEN, apoia enfermeiros para realizar a função desde que eles completem o curso de Especialização em área específica, em reconhecida instituição de ensino, com uma carga horária mínima de 360 horas. A aromaterapia, incluída nesse contexto, é a aplicação terapêutica de Óleos Essenciais (OE), por diferentes rotas do corpo, com propósito terapêutico. Esses consistem em orgânicos compostos de origem vegetal, formados por complexas moléculas químicas, que podem ser extraídas através de várias partes da planta por processo de destilação e prensagem. Os óleos essenciais podem ser absorvidos através de inalação, uso tópico na pele ou por ingestão, como propósito de promover bem-estar físico e mental. Considerando a relevância dessas práticas, a aromaterapia representa ferramenta valiosa nas práticas das enfermeiras obstétricas, atuando como um Método Não Farmacológico (NPM) para alívio da dor durante o trabalho de parto (SILVA et al., 2019). A aromaterapia proporciona o bem-estar e o controle da dor através de inalação, ingestão ou uso tópico, sendo de grande utilidade para implementar a qualidade de cuidados obstétricos, de modo que respeite sua dignidade durante, antes e depois do parto. Isso possibilita um ambiente favorável, com posições que a gestante preferir, massagens relaxantes, estímulo à deambulação a ponto de promover o primeiro contato mãe e recém-nascido positivo, fortalecendo sua autoconfiança. Incube-se, aos profissionais da equipe de Enfermagem, garantir os direitos da parturiente, como obter a presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato; não realizar nenhum procedimento sem o conhecimento prévio da gestante; e, proporcionar uma relação de confiança, indagando-lhes sobre suas expectativas e seus anseios, sendo apoiadas em sua decisão e assegurando que, independentemente do tipo de parto, essa mulher receba um tratamento humanizado. Atribui-se ao Enfermeiro Obstetra o acolhimento integral à gestante e ao seu acompanhante, do pré-natal ao puerpério, avaliando suas condições de saúde, inclusive a saúde fetal. Encarrega-se, também, ao profissional proporcionar um modelo de assistência que considere autonomia e protagonismo da mulher, deixando sempre evidente que todo o tipo de parto pode e deve ser humanizado, pois a humanização não se restringe apenas

ao parto natural com o mínimo de intervenções médicas, e sim, a um parto que respeita a dignidade da mulher (OLIVEIRA et. al., 2020). Ainda, foram encontrados alguns estudos que citavam o grau de conhecimento da parturiente, referente ao parto humanizado no serviço público. No Brasil, o Ministério da Saúde criou o Programa para a Humanização do Cuidado Pré-Natal e do Parto, em 6 de janeiro de 2000. O Programa engloba a assistência durante gestação, parto e puerpério, com o objetivo de se tornar uma garantia dos direitos civis das mulheres durante o período que engloba a maternidade. O progresso da Medicina proporcionou ao parto cesáreo, técnicas mais seguras que possibilitam um procedimento adequado para mulheres que apresentam razões médicas, mesmo ainda não sendo anulada por completo a morbidade do ato cirúrgico, o que expõe mães e crianças a grandes riscos. No estudo realizado por Pinheiro & Bittar (2012), foi destacado que o parto normal pode ser vivenciado de duas formas, como uma experiência prazerosa, de satisfação; ou como algo traumático, vindo a se tornar algo que jamais desejariam que ocorresse outra vez. O parto com uma melhor assistência se torna uma intervenção vital para salvar vidas (ANASTASI et al., 2015). Parto humanizado é um modelo alternativo ao tecnocrático, que passou a ser instituído há algumas décadas. Para alguns estudiosos, o parto humanizado é descrito como respeito aos valores, à cultura, às crenças e à dignidade de uma mulher e, também, ao desejo de controle sobre o parto para que se perceba como contribuinte do nascimento e decisões relacionadas (BEHRUZI et al., 2014). Ainda, a conduta de alívio da dor durante a evolução do trabalho de parto é feito com utilização de exercícios respiratórios, banho morno de aspensão, exercícios na bola, entre outros. Com intuito de aliviar a dor no trabalho de parto, os recursos não farmacológicos, comumente utilizados são: banho de chuveiro e/ou de imersão, massagem, eletroestimulação nervosa transcutânea (ENT), exercícios respiratórios e técnicas de relaxamento (GALLO et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ressalta-se a relevância da assistência da Enfermagem humanizada no pré, no decorrer e no pós-parto. Ainda, como os profissionais devem estar atentos para observar as possíveis dúvidas e a falta de informação que as gestantes manifestam. Além disso, é necessário que estejam atentos ao alto índice de mulheres que desconhecem o parto humanizado; no entanto, existem novos protocolos que podem ampliar os conhecimentos sobre esse tipo de parto, bem como expandir as práticas profissionais que estão avançando para que o cuidado seja sistematizado. Como

acadêmicas do curso de Enfermagem, esse estudo proporciona futuramente o exercício da profissão com um olhar integral, prestando o melhor cuidado sempre que possível frente às diferentes culturas, às crenças e às individualidades das parturientes, respeitando sua autonomia e os preceitos da ética.

Descritores: Parto humanizado. Assistência de enfermagem. Dor do parto.

REFERÊNCIAS:

ANASTASI, E. et al. Losing women along the path to safe motherhood: why is there such a gap between women's use of antenatal care and skilled birth attendance? A mixed methods study in northern Uganda. **BMC Pregnancy & Childbirth**, v. 15. n. 287. p. 1-15, nov. 2015.

BEHRUZI, R. et al. Perception of humanization of birth in a highly specialized hospital: let's think differently. **Health Care Women Int**, v. 35. n. 2. p. 12-148, fev. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 516 de 2016. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05162016_41989.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GALLO, R. et al. Recursos não farmacológicos no trabalho de parto: Protocolo Assistencial. **FEMINA**, Ribeirão Preto, v. 39. n. 1. p. 43-47, jan. 2011.

OLIVEIRA, M et al. Mulher e Parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**, Rio de Janeiro, v. 14, 2020.

PINHEIRO, B; BITTAR, C. Percepções, expectativas e conhecimentos sobre o parto normal: relatos de experiência de parturientes e dos profissionais de saúde. **Aletheia**, Canoas, n. 37. p. 212-227, jan/abr 2012.

SILVA, M. et al. Aromaterapia para alívio da dor durante o trabalho de parto. **Journal of Nursing**, Recife, v. 13. n. 2. p. 455-463, fev. 2019.

SOUZA, F; SANTOS, W. et al. Tecnologias Apropriadas ao Processo do Trabalho de Parto Humanizado. **Enferm Foco**, Rio Grande do Norte, v. 10. n. 2. p. 8-124, 2019.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AOS PORTADORES DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA: REVISÃO NARRATIVA

*Carolaine Natalia Soares Bernardi*¹

*Daniely Dos Santos Pereira*²

*Luiza Mariana Dorneles Pires Przyczynski*³

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*⁴

*Amanda Leitão Gindri*⁵

INTRODUÇÃO: A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma das cardiopatias que mais ocasionam complicações clínicas. Caracteriza-se por ser uma doença de classificação patológica crônica e geralmente é assintomática. Segundo o Ministério da Saúde, consideram-se indivíduos hipertensos os que apresentam pressão arterial igual/acima de 140/90 mm/Hg, sendo considerada como um dos principais fatores de risco para a ocorrência de acidente vascular cerebral, enfarte, aneurisma arterial, insuficiência renal e cardíaca (BRASIL, 2019). O Ministério da Saúde, em articulação com sociedades científicas, federações nacionais de portadores de hipertensão, secretarias estaduais e municipais da saúde, tem o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial Sistêmica, que tem como objetivo encaminhar esse portador para uma unidade de saúde, afim de garantir todo o acompanhamento necessário (BRASIL, 2002). Frente a isso, a Atenção Primária à Saúde (APS), garante a assistência necessária aos usuários, tendo em vista que seus objetivos são a prevenção de agravos, diagnósticos, redução de danos e manutenção da saúde. Além disso, é considerada a porta de entrada dos usuários para o acesso ao Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2017). Dentre a equipe multidisciplinar, que

¹ Autora. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Autora. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

⁴ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

⁵ Doutora em Ciências Farmacêuticas. Docente do Curso de graduação em Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

presta assistência na APS, tem o profissional farmacêutico, que por meio do cuidado, visa a promover a utilização adequada dos medicamentos, o que resulta na otimização da recuperação em saúde (BRASIL, 2015). Assim, a Resolução nº 338/2004 que aborda a Assistência Farmacêutica, vem orientar a assistência prestada, com vistas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde tanto individual como coletiva. Visa, também, o acesso aos medicamentos com o uso racional, por meio de sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação. Ainda visa a garantir a qualidade do serviço, a acompanhar e a avaliar a sua utilização, na perspectiva de obter resultados concretos e melhorias na qualidade de vida da população (BRASIL, 2004). O tratamento da HAS é feito através de estratégias que incluem mudanças do estilo de vida em conjunto com a terapia farmacológica. Assim, a Assistência Farmacêutica é extremamente importante para pensar em ações no uso racional de medicações em usuários portadores de HAS. OBJETIVO: Este estudo tem como objetivo conhecer as produções científicas nacionais sobre a Assistência Farmacêutica aos usuários portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica. MÉTODO: Trata-se de uma revisão de literatura, do tipo narrativo e descritivo. Utilizou-se a seguinte pergunta para orientar a pesquisa: Quais as produções científicas nacionais sobre Assistência Farmacêutica aos usuários portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica? A busca na literatura ocorreu no mês de junho de 2020, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS). A estratégia de busca utilizou os descritores “Assistência Farmacêutica” e “Hipertensão”, combinados pelo operador booleano AND. Como critérios de inclusão, selecionaram-se artigos disponíveis completos no idioma Português, gratuitos e publicados no período de 2004 a 2019. O recorte temporal deu-se devido à Resolução nº 338/2004, que constitui a Assistência Farmacêutica. RESULTADOS E DISCUSSÕES: Conforme estabelecido pela estratégia de busca, obtiveram-se 63 produções. Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão, restaram 8 artigos e excluíram-se 54. Assim, possibilitou-se fazer uma análise descritiva. Em relação aos anos de publicação dos estudos, 2 foram publicados em 2009; 2 em 2011; 1 em 2014; 2 em 2017; e, 1 em 2019. Os estudos desenvolveram-se em diversos lugares, como farmácia escola, farmácia comunitária privada, lar geriátrico, Unidade Básica de Saúde e também através de visitas domiciliares. Quanto ao perfil da população estudada, abrangeram-se idosos seguidos de adultos, ambos hipertensos. Já, quanto aos tipos de estudo, a maioria apresentava

abordagens quantitativas, seguido de estudo descritivo prospectivo e de intervenção. Observou-se ainda a caracterização da população, sendo predominantemente idosos, com baixa escolaridade e com a presença da polifarmácia (BRITO et al., 2009; MARTINS et al., 2014; SILVA et al., 2017). Isso mostra a importância de conhecer o perfil da população que é atendida, devido às questões culturais, aos fatores clínicos, sociais, emocionais e humanísticos envolvidos na adesão do uso medicamentoso. Assim, o profissional farmacêutico auxilia no gerenciamento da terapia medicamentosa, com um envolvimento maior, não apenas na dispensação dos fármacos, mas com iniciativas de orientações mínimas quanto ao uso da farmacoterapia, à avaliação dessa terapia medicamentosa e às sugestões de terapias não medicamentosas (PEREIRA, PRADO, KREPSKY, 2017). A utilização do Seguimento Farmacêutico para colaborar com a assistência farmacêutica foi unânime em todos os estudos. Através dessa técnica, a participação do farmacêutico, no controle da hipertensão, mostrou resultados positivos, com redução de custos, melhora nas prescrições, controle da possibilidade de reações adversas e redução também na presença da polifarmácia. Outro aspecto relevante é que 5 estudos utilizaram, de modo adaptado, o Método de Dáder, que se apresentou como uma ferramenta útil para auxiliar na implementação do Seguimento Farmacoterapêutico, permitindo ao profissional seguir normas claras e simples para realizar o atendimento de forma sistematizada. Ainda, detectar resultados negativos associados à medicação, resultando na melhora dos níveis pressóricos e na qualidade de vida dos usuários (AMARANTE et al., 2011; BRITO et al., 2009; SOUZA et al., 2009; REINHARDT et al., 2012; MARTINS et al., 2014; PEREIRA, PRADO, KREPSKY, 2017; SILVA et al., 2017). Tendo em vista que se utilizou apenas uma base de dados e a inclusão de artigos em Português, para a revisão narrativa, resultou em poucos estudos em relação à Assistência Farmacêutica aos portadores de HAS, sugerem-se maiores investigações sobre essa temática, para compreender como está sendo a assistência farmacêutica, a fim de qualificar a mesma, prestada aos usuários portadores de HAS e minimizar os efeitos da polifarmácia. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Esse estudo possibilitou analisar que a HAS tem acometido os adultos e idosos. Frente a isso, a assistência farmacêutica necessita ganhar seu espaço para dar toda assistência necessária aos usuários, auxiliar no uso racional dos medicamentos e, conseqüentemente, reduzir a polifarmácia.

Descritores: Hipertensão. Atenção farmacêutica. Assistência farmacêutica. Farmácia.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, N. L. S. et al. Association between follow-up in health services and antihypertensive medication adherence. **Rev Bras Enferm**, v.71, n. 6, p. 3006-12, 2018.

AMARANTE, L. C. et al. Acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes hipertensos usuários da farmácia popular: avaliação das intervenções farmacêuticas. **Arq. Ciênc. Saúde**, UNIPAR, Umuarama, v. 15, n. 1, p. 29-35, jan./abr. 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cuidado farmacêutico na atenção básica**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/servicos_farmaceuticos_atencao_basica_saude_1ed.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Hipertensão (pressão alta): o que é, causas, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/hipertensao#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20hipertens%C3%A3o&text=Ela%20acontece%20quando%20os%20valores,seja%20distribu%C3%ADdo%20corretamente%20no%20corpo>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão arterial e ao Diabetes mellitus**. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/miolo2002.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política nacional de atenção básica operacionalização**. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/250693.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRITO, G. C. et al. Efeito de um programa de manejo farmacoterapêutico em um grupo de idosos com hipertensão em Aracaju-Sergipe. **Rev Ciênc Farm Básica**, São Cristóvão - SE, v.30, n.1, p. 70-76, Apl.,2009.

MARTINS, B. C. C. et al. Programa de hipertensão de uma unidade básica de saúde: avaliação da estrutura, processo e resultado. **Rev. Tendên. da Enferm. Profis**, Ceará, v. 8, n.3, p.1929-1935, 2016.

.PEREIRA, G. M.; PRADO L. B. M. N.; KREPSKY B. P. Resultados de seguimento farmacoterapêutico a pacientes hipertensos em farmácia comunitária privada na bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 2, abr. 2018. Disponível em: <<http://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/1888>>. Acesso em: 03 set. 2020.

REINHARDT, Fernanda et al . Acompanhamento farmacoterapêutico em idosos hipertensos residentes em um lar geriátrico, localizado na Região do Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 109-117, 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232012000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 set. 2020.

SILVA, P. L. N. et al. Atenção farmacêutica e os potenciais riscos da polifarmácia em idosos usuários de uma farmácia-escola de Minas Gerais: aspectos socioeconômicos, clínico e terapêutico. **J. Health Biol Sci.** v.5, n.3, p. 247-252, 2017. DOI: doi:10.12662/2317-3076jhbs.v5i3.1187.p247-252.2017

SOUZA, T. R. C. L. et al. Método Dáder de Seguimento Farmacoterapêutico. **Rev Ciênc Farm Básica**, v.30, n.1, p.90-94, Apl, 2009.

CUIDADOS DE ENFERMAGEM COM O PACIENTE CIRÚRGICO

*Alisson da Vida Thoma*¹

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*²

INTRODUÇÃO: De acordo com Possari (2006), o Centro Cirúrgico (CC) é constituído de um conjunto de áreas e instalações que permite efetuar a cirurgia com segurança para o paciente e conforto para a equipe que o assiste. Essa é considerada uma área crítica, tem como finalidade realizar procedimentos cirúrgicos, devolvendo o paciente com melhor condição física e sem risco de infecção. No centro cirúrgico, o enfermeiro é responsável por acompanhar o paciente desde sua entrada no bloco até em todo seu período perioperatório. O Centro Cirúrgico constitui-se, então, em uma complexa unidade hospitalar, em que estão concentrados recursos humanos e materiais necessários aos procedimentos anestésico-cirúrgicos, terapêuticos e diagnósticos. O CC possui uma dinâmica de funcionamento e de trabalho diferente das demais unidades hospitalares, em função da necessidade de manter um ambiente asséptico com restrição de fluxo de pessoas. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de investimento dos enfermeiros de CC para o desenvolvimento de suas competências com segurança, satisfação e, sobretudo, com consciência dos riscos aos quais estão expostos pacientes e equipes (GUIDO, SZARESKI, ANDOLHE, 2008). Entre outras funções, além da assistência, o enfermeiro do CC pode realizar atividades administrativas, contribuindo para o melhor andamento do setor, envolvendo-se na organização de todos os recursos humanos e materiais necessários para realização das atividades. **OBJETIVO:** Este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de acadêmico de Enfermagem, do primeiro semestre, na atuação como técnico em Enfermagem, no bloco cirúrgico em hospital de médio porte, em um município do interior do Rio Grande do Sul e discutir com a literatura sobre os cuidados de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. **MÉTODO:** Trata-se de um relato de experiência sobre a

¹ Autor. Acadêmico de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

atuação da Enfermagem em bloco cirúrgico. O presente relato foi solicitado pela disciplina de Metodologia Científica e contempla a vivência do acadêmico, juntamente com discussões por meio da literatura já produzida sobre atuação desses profissionais na clínica cirúrgica. RESULTADOS E DISCUSSÕES: A vivência, enquanto técnico de enfermagem no bloco cirúrgico, possibilitou conhecer normas, rotinas e o dia-a-dia da Enfermagem, observando o seu papel fundamental para andamento de todo setor, pois coordena desde a parte de escalas, como divisões de sala e atendimento aos pacientes. Dessa forma, entende-se o papel da enfermagem no auxílio ao paciente desde sua internação. Em um primeiro momento, é efetuada a triagem, onde o mesmo é encaminhando para o médico com seus sintomas e suas queixas. Tendo seu diagnóstico, o paciente é encaminhado para a cirurgia e nesse está retratada a sua classificação, podendo ser pré-operatória mediata e pré-operatória imediata. Assim, o pré-operatório do paciente cirúrgico pode ocorrer no consultório médico ou na sua casa antes da internação, não acontecendo apenas no hospital, pela internação durante os dias do pré-operatório, na noite ou no dia que precede a cirurgia. O pré-operatório mediato trata-se da assistência prestada ao paciente em decorrência de cirurgias eletivas, compreendendo o período da internação até 24 horas antes da cirurgia, tendo como objetivo primordial preparar o paciente de forma psicológica, física e emocionalmente para o ato cirúrgico, verificando suas condições para uma melhor e rápida recuperação. O pré-operatório imediato apresenta-se na prestação do atendimento ao paciente imediatamente no ato, ou seja, algumas horas antes da cirurgia e termina com o seu início, por exemplo, pela manhã do ato cirúrgico, por ocasião da admissão do mesmo. Sua principal finalidade é diminuir os custos da internação e também diminuir o índice de infecção hospitalar, que poderão dificultar a situação (BLACK; MATASSARIN-JACOBS, 1996). A grande maioria dos pacientes chega para internar no período pré-operatório imediato poucas horas antes do procedimento. Nesse momento, atuam os profissionais de Enfermagem no (a): orientação, preparos psicológico e espiritual, jejum, verificação e manutenção dos sinais vitais, cuidados pré-anestésicos e cutâneos, auxílio com as roupas, preparo gastrintestinal, eliminações urinárias, controle do peso, remoção de joias, esmalte e maquiagem, remoção de próteses e/ou dentaduras e transporte do paciente. Também, cabe a assistência de Enfermagem pós-anestésica e pós-operatória, a partir da saída do paciente da sala

cirúrgica. Esse período se divide em pós-operatório imediato (até 24 horas após a cirurgia), pós-operatório mediato (depois das 24 horas e se estende até 7 dias) e pós-operatório tardio (após 7 dias, quando o paciente obtém alta se tiver boa recuperação). Também, na unidade ocorre a realização de curativos, a retirada de pontos, os cuidados com drenos, as questões administrativas e burocráticas do setor, bem como o preenchimento das evoluções e o manejo da equipe. Os procedimentos aqui descritos relatam as funções exercidas pela Enfermagem, relacionando a abordagem e os cuidados para com os pacientes cirúrgicos, que variam de acordo com os tipos de cirurgias e de paciente para paciente, pois esse tipo de terapia, para alguns, pode representar uma agressão. Tais procedimentos atendem as suas necessidades básicas e suas reações emocionais, psíquicas e físicas, que terão de ser bem trabalhadas pela equipe durante esse período. Tudo isso faz com que os procedimentos e o relacionamento com o paciente se tornem o mais natural possível, visando a evitar imprevistos (mal-estar do paciente) e também o constrangimento de ambas as partes. Fica ao cargo da Enfermagem explicar, quando o médico não se fizer presente no momento, os procedimentos que serão realizados aos pacientes e aos familiares, bem como mantê-los informados sobre o estado de saúde do cliente. É papel de a Enfermagem permanecer acessível ao diálogo para eventuais intercorrências, prestando assim assistência não apenas ao paciente, mas também aos seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Entende-se a importante função da Enfermagem no meio cirúrgico e hospitalar. Destaca-se, principalmente, a estima do bom relacionamento e/ou bom atendimento aos pacientes cirúrgicos, antes, durante e após os procedimentos, atuando juntamente com os médicos na busca de uma boa qualidade nos serviços prestados. Através do estudo realizado, das pesquisas e da literatura há a demonstração que esse trabalho foi de suma importância para conhecimento e exploração do saber, pois se afirma que a Enfermagem e a equipe têm papel fundamental no andamento de qualquer setor, com determinação de rotinas e visando ao bom funcionamento do ambiente de trabalho. A Enfermagem também é importante na transmissão ao paciente e aos seus familiares de mais segurança, conforto e bem-estar, otimizando, assim, o seu atendimento e cuidado, para que se tenha recuperação mais breve possível. Viram-se, nesse trabalho, várias fases do tratamento ao paciente cirúrgico, englobando o seu atendimento e as suas particularidades, ressaltando ainda que, se um

desses cuidados citados falhar, trará consequências tanto para o paciente na sua recuperação, quanto para a Enfermagem.

Descritores: Enfermagem. Cuidado. Paciente cirúrgico.

REFERÊNCIAS:

BLACK, JM.; MATASSARIN-JACOBS, E. **Luckmann & Sorensen: enfermagem médico-cirúrgica - uma abordagem psicofisiológica**. 4.ed. Rio Janeiro, Guanabara Koogan, 1996.

GUIDO, Laura de Azevedo; SZARESKI, Charli- ne; ANDOLHE, Rafaela; ZERBIERI, Fabiana Martins. Competências do Enfermeiro em CC: re- flexões sobre ensino/assistência. **Rev. SOBECC**, São Paulo, v 13, nº1, p. 16-23, jan/mar 2008.

POSSARI, J.F. **Centro Cirúrgico: Planejamento, Organização e Gestão**. 2ª edição. São Paulo. 86 Iátria, 2004

IMPLICAÇÕES DA AUTOMEDICAÇÃO

*Letícia Rodrigues Quines*¹

*Andressa De Souza Turchetti*²

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*³

*Amanda Leitão Gindri*⁴

INTRODUÇÃO: Os medicamentos liberados para venda sem exigência de prescrição médica devido à sua segurança e eficácia comprovada são os chamados MIPs (Medicamentos Isentos de Prescrição). Desde que utilizados de forma adequada e seguindo as indicações da bula, são medicamentos aprovados pelas autoridades sanitárias para tratar, prevenir ou aliviar sintomas de condições leves de saúde e não graves. Vale ressaltar que os MIPs são isentos de prescrições, mas não de orientações para o seu uso, porque assim como qualquer outro medicamento eles apresentam riscos à saúde e podem ocasionar danos devido ao uso de forma incorreta. Há vários problemas que podem afetar a saúde do paciente, como hipersensibilidade aos componentes da fórmula, reações adversas e interações com outros medicamentos, vendidos por prescrição ou não. No Brasil, quando há casos de eventos adversos, após o uso de MIPs, como náusea, enjoo, fraqueza, sonolência, reações alérgicas, entre outros sintomas, devem ser notificados pelos cidadãos ou profissionais de saúde. O relato do caso deve ser feito por meio do Vigimed, sistema informatizado de acesso fácil e rápido disponível no portal da Anvisa. Após serem inseridas no Vigimed, as informações relatadas (notificações) são analisadas pela Agência de acordo com a gravidade, o risco associado ao evento adverso, a previsibilidade (se era esperado ou não) e a relação entre o caso e o medicamento utilizado. De acordo com a matéria, a prática da automedicação tem preocupado as autoridades sanitárias e ainda é

¹ Autora. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

⁴ Doutora em Farmácia. Docente do Curso de graduação em Farmácia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

incipiente a conscientização da população quanto aos reais riscos embutidos no consumo de MIPs (ANVISA, 2020). As razões pelas quais as pessoas se automedicam são inúmeras. Seja por dificuldades de ir até um profissional da saúde ou por seguir indicações medicamentosas de familiares e conhecidos. Assim, o uso indiscriminado de medicamentos segue crescendo e com ele traz sérias consequências, às vezes até mesmo irreversíveis. Não importa sexo nem idade, antes de fazer uso de qualquer medicamento é importante o auxílio de um profissional. OBJETIVO: Conhecer a literatura nacional sobre automedicação, especialmente, em crianças, gestantes e idosos. MÉTODO: A pesquisa foi desenvolvida na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), na base de dados LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e no site do CRF/RS (Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul). Na pesquisa realizada na base de dados LILACS, utilizou-se “automedicação” como descritor de assunto e selecionou-se artigos no idioma Português, resultando 397 artigos. Utilizando como critérios de inclusão, selecionaram-se estudos com as populações pré-estabelecidas - crianças, gestantes e idosos - e como critério de exclusão os estudos em outras populações. Por fim, foi pesquisado sobre automedicação no site do CRF/RS e foi encontrada uma matéria referente ao levantamento em que mostra como o medo da Covid-19 impactou na venda de medicamentos no Brasil e, também, foi utilizada a tabela de dados. RESULTADOS E DISCUSSÕES: Tanto em crianças quanto em adultos, a automedicação pode ser prejudicial. O uso inadequado ou o consumo sem orientação médica podem causar efeitos indesejáveis tais como intoxicações, interações medicamentosas, resistência bacteriana, dependência, sangramento digestivo, erros de dosagem, oferecendo sérios riscos à saúde. Ter atenção e cuidado com propagandas midiáticas, não deixando se levar por promessas de grandes resultados como, por exemplo, ter um belo físico, sendo que muita coisa pode ser obtida de outras formas, como exercícios físicos, alimentação saudável e a ingestão de frutas, que podem substituir alguns complementos vitamínicos. Os medicamentos são essenciais quando receitados e usados adequadamente para diagnosticar, prevenir e curar doenças. Estudos apontam que xaropes expectorantes, dipirona e paracetamol são os fármacos mais utilizados pelos pais na automedicação em crianças. A pesquisa ainda revelou que grande parte dos pais não tinham total conhecimento e compreensão acerca dos medicamentos que utilizavam, principalmente quando a criança estava com febre ou

tosse. Os pais justificavam ser pelo fato de os medicamentos estarem disponíveis no domicílio (TELLES FILHO, PEREIRA JÚNIOR, 2013). No cenário mundial, devido a vasta disponibilização e irracionalidade no consumo de medicamentos, a automedicação tornou-se um problema de saúde pública, levando a consequências importantes no sistema sanitário de saúde, dificultando a mensuração dos riscos potenciais de seu uso inadequado (PFAFFENBACH, 2010). Gestantes também se destacam quando o assunto é automedicação. É comum que procurem remédios para dores e desconfortos ou até mesmo para prevenir anemias. Em um estudo realizado por meio de entrevistas, 80% das entrevistadas afirmaram utilizar pelo menos um medicamento na gestação, sendo que somente 64% das gestantes afirmaram saber a finalidade do medicamento prescrito e 21% utilizaram por automedicação. Foi constatado que 9,5% apresentavam algum tipo de doença crônica. Os medicamentos mais utilizados foram antianêmicos e analgésicos. De acordo com a classificação de risco do FDA, 13,2% das gestantes utilizavam medicamentos que podem causar efeitos adversos. Foi possível notar que a automedicação faz parte do cotidiano das gestantes, evidenciando a necessidade da orientação farmacêutica (OLIVEIRA, 2017). Os idosos são os mais propensos a consumir medicamentos, devido às mudanças advindas do envelhecimento. Entre as medicações mais usadas estão antibióticos, ansiolíticos, antidepressivos e os beta-adrenérgicos. A média de consumo diário é de dois a cinco medicamentos por dia e são particularmente sensíveis a efeitos adversos, interações medicamentosas e toxicidade (OLIVEIRA et al. 2017). À medida que o indivíduo envelhece, o uso triplica, já que a tolerância à dor e a outros sintomas é diminuída (REZENDE, CARRILLO, SEBASTIÃO, 2017). Houve um aumento significativo nas vendas de alguns medicamentos relacionados à Covid-19 nos três primeiros meses desse ano, quando aumentaram os casos da doença, em relação ao mesmo período do ano passado. Dentre os medicamentos com aumento no uso, estão Paracetamol 77,35%, Dipirona sódica 54,56%, Colecalciferol 35,56% e Ácido ascórbico 180,01% (CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA/RS, 2020). CONSIDERAÇÕES FINAIS: A automedicação é muito comum entre grande parte da população, tornando-se assim um problema de saúde pública. Profissionais da área devem orientar ainda mais sobre a importância de não fazer o uso indiscriminado de medicamentos sem prescrição e orientação correta.

Descritores: Automedicação.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Medicamentos isentos de prescrição. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2016/publicada-norma-sobre-medicamentos-isentos-de-prescricao>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. Disponível em: <<https://www.cfrs.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PEREIRA, F. G. F.; ARAÚJO, M. J. P.; PEREIRA, C. R. Automedicação em idosos ativos. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v.11, n.12, p.4919-28, 2017.

PFÄFFENBACH, Grace. Automedicação em crianças: um problema de saúde pública. **Rev. paul. pediatr.**, São Paulo , v. 28, n. 3, p. 260-261, set. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-05822010000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2021.

REZENDE, C. de P.; GAEDE-CARRILLO, M. R. G.; SEBASTIAO, E. C. de O. Queda entre idosos no Brasil e sua relação com o uso de medicamentos: revisão sistemática. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 12, p. 2223-2235, Dec. 2012

SILVA, J. G; GOMES, G. C; COSTA, A. R. et al. A prática da automedicação em crianças por seus pais: atuação da enfermagem. **Rev enferm UFPE on line**, Recife, v.12, n.6, p.1570-7, 2018.

TELLES FILHO, P. C. P.; PEREIRA JUNIOR, A. do C. Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 2, p. 291-297, jun. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2021.

OLIVEIRA, M. V. L. et al. Utilização de medicamentos e plantas medicinais por gestantes atendidas na unidade de saúde da mulher em Alegre. **Infarma**, Alegre - ES, v.29, e.4, p. 349-356. 2017.

IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA A SAÚDE

Milene Vargas Resmini¹

Sara Nunes Pinto²

Patrícia Bitencourt Toscani Greco³

INTRODUÇÃO: O sobrepeso e a obesidade tornaram-se agravos de saúde pública em nível mundial e possuem as mais diversas abordagens terapêuticas de tratamento (BRAIDO, et. al., 2015). O que você come influencia sua saúde, reflete em sua imunidade, diminui as chances de ficar doente e ajuda na recuperação mais rápida. O sistema imunológico do corpo tem uma série de reações bioquímicas que dependem de minerais específicos, vitaminas e aminoácidos. Uma dieta pobre e incompleta pode não oferecer nutrientes necessários e as células de defesa do corpo acabam ficando menos eficientes. A prática de hábitos alimentares saudáveis reduz as chances do desenvolvimento de doenças cardíacas, principalmente se estiver aliada à prática de atividade física regular. Outro benefício é promover a manutenção de um peso saudável, diminuindo o risco de doenças como: obesidade, câncer, acidentes vasculares cerebrais, diabetes mellitus e osteoporose. No caso de doenças crônicas, o regime mais apropriado é eliminar tudo o que obstrua a recuperação, optando por exercícios ativos ao ar livre, alimentos e bebidas adequadas e nutritivas (AU). O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), destacou-se devido à compreensão dos determinantes para a Promoção da Saúde (PS). A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é uma ferramenta capaz de promover a reflexão dos cidadãos sobre como realizar esse direito. No Brasil, o quadro de insegurança alimentar entre crianças e adolescentes torna os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) atores promissores para a reversão desse quadro, já que esses trabalham com os principais influenciadores desse público: a família (CARVALHO, 2015). Menos de 40% dos jovens incluem verduras e

¹ Autora. Acadêmica de Enfermagem na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. URI Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Enfermagem na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. URI Câmpus Santiago.

³ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

hortaliças nas refeições, que acabam pobres em micronutrientes e ricas em carboidratos, gorduras e processados, o que contribui para a obesidade e outros problemas futuros. O consumo excessivo de gorduras, especialmente de gordura saturada, tem sido associado ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, como a aterosclerose. Por isso, é importante escolher os alimentos corretos e deixar de consumir aqueles que são prejudiciais ao coração. O consumo de fibras reduz o risco de diversas doenças cardiovasculares, inclusive obesidade, diabetes mellitus e câncer de cólon. As fibras auxiliam o sistema digestivo, ajudam na sua regulação e controlam os níveis séricos de colesterol e glicemia. Alimentos ricos em ácido fólico (abacaxi, banana, caju, kiwi, laranja, manga, melão, aves, batata, beterraba, cenoura, milho, repolho verde, quiabo, espinafre, leites e derivados light, leite de soja, arroz integral, gérmen de trigo), vitamina B6 (melancia, uva, tomate, morango, brócolis, repolho roxo, couve-flor, farelo de aveia) e B12 (atum cozido, peixes em geral, frango, carne bovina) devem ser ingeridos para a prevenção de infarto, AVC, hipertensão arterial e arteriosclerose. A partir daí, entende-se a importância de uma dieta saudável e de que tudo está ligado a isso. OBJETIVO: Objetiva-se identificar a importância e os benefícios de uma alimentação saudável para o corpo humano ou até mesmo para a prevenção de doenças, a partir da produção científica. MÉTODO: Trata-se de revisão de literatura com busca nas bases de dados BBO e HomeoIndex. Para efetuar a pesquisa, utilizaram-se os descritores “Alimentação Saudável” e “Educação Alimentar”, combinados pelo operador booleano *AND*. Também, foram utilizados sites de pesquisas para melhor compreensão do assunto falado. A busca ocorreu no mês de junho de 2020 e teve, como critérios de inclusão, artigos apenas no idioma Português, publicados no período de 2012 a 2017, com acesso ao texto completo e gratuito. Já, o critério de exclusão foi publicações que não se apresentavam dentro da temática proposta. Após a aplicabilidade dos referidos critérios, obteve-se o resultado de 9 artigos sobre educação alimentar e 7 artigos sobre alimentação saudável. RESULTADOS E DISCUSSÕES: Destaca-se que a pesquisa foi realizada para descobrir hábitos alimentares e tipos de alimentos, que são frequentemente consumidos, ingestão diária de água, tipo de atividade física e fatores predisponentes para sobrepeso e obesidade, bem como sua relação com doenças degenerativas crônicas. O consumo excessivo de gorduras, especialmente de gordura saturada, tem sido associado ao desenvolvimento de doenças

cardiovasculares, como a aterosclerose, bem como o consumo de alimentos ultraprocessados, que são os “queridinhos” dos dias atuais. Conforme Martins e Faria (2018), a ingestão de alimentos ultraprocessados, aliados à ausência de atividade física e ao consumo de álcool, são as principais causas de doenças crônicas e contribuem para sua grande prevalência, ou seja, não ter compromisso com uma alimentação saudável trará riscos futuros para sua saúde. Os resultados mostram que a população não possui um conceito generalizado de saúde alimentar; as ideias são múltiplas, mostrando que há um grande analfabetismo nos hábitos alimentares (CARDOSO, TOMITA; LAGUNA, 2010). Estudo avaliou o conhecimento nutricional e os hábitos alimentares de uma amostra de adultos com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), internados em um hospital no sul do Brasil. O estudo observou que, dos pacientes, 48,7% estavam acima do peso, sendo que as mulheres apresentaram maior prevalência de obesidade (17,4%) e circunferência da cintura elevada (82,4%) (PRATES; SILVA, 2013). Detectou, ainda, moderado conhecimento nutricional, o que mostrou-se relevante em relação ao excesso de peso, pois os pacientes incluem na dieta cotidiana o consumo de frutas e verduras, mas mantêm entre os hábitos alimentares o consumo de alimentos ricos em açúcares e gorduras (PRATES; SILVA, 2013). Destaca-se, assim, a necessidade de promover atividade física, estimular diretrizes e comportamentos apropriados para preservar a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Trata-se de conscientizar a população, principalmente os pacientes que precisam comer adequadamente dentro do que é indicado para cada caso, pois só assim poderão ter resultados positivos ou pelo menos não agravar sua saúde. Para se manter saudável e evitar doenças, também, é importante atingir e manter o peso saudável, reduzir níveis elevados de colesterol, LDL e triglicérides, promover alterações alimentares permanentes, introduzir nas refeições vitaminas antioxidantes (frutas e verduras), flavonóides (suco da uva e uva), isoflavonas (soja), reduzir o uso do sal e eliminar as frituras.

Descritores: Educação alimentar. Alimentação saudável.

REFERÊNCIAS

BRAIDO, R. B. et al. Análise clínica da diminuição de peso utilizando o Aparelho Intraoral De Saciedade Alimentar (AIOSA®): relato de caso. **Revista Odontológica de Araçatuba**, Araçatuba, v. 36, n. 1, p. 09-13, Janeiro/Junho, 2015.

CARVALHO, F. W. **Educação Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde na perspectiva do profissional não nutricionista**. 2015. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CARDOSO, M.; TOMITA, L. Y.; LAGUNA, E. C. Assessing the validity of a food frequency questionnaire among low-income women in São Paulo, southeastern Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p. 2059-2067, Nov. 2010.

MARTINS, P.F.A; FARIA, L.R.C. Alimentos ultraprocessados: uma questão de saúde pública. **Comunicação em Ciências da Saúde**, Distrito Federal, v. 29, n. 1, p. 14-17, jan-fev. 2018.

PRATES, R. E.; SILVA, A. C. P. Avaliação do conhecimento nutricional e de hábitos alimentares de pacientes com doenças crônicas não transmissíveis em hospital particular no sul do Brasil. **RASBRAN - Revista da Associação Brasileira de Nutrição**. São Paulo, SP, v.5, n. 1, p. 21-27, Jan-Jun. 2013.

ENSINO DAS TERAPIAS COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA

Leonardo Lavarda Simi¹

Vitória Ferreira Lançanova²

Patrícia Bitencourt Toscani Greco³

INTRODUÇÃO: Terapias alternativas/complementares (TAC - atualmente denominadas Práticas Integrativas Complementares de Saúde - PICS) são técnicas que visam a dar assistência à saúde do indivíduo, seja na prevenção, tratamento ou cura, considerando corpo/mente/espírito, com objetivo diferente da assistência alopática (medicina ocidental), em que a cura da doença deve ocorrer por meio da intervenção direta no órgão ou parte doente. É de grande importância reforçar que o profissional enfermeiro tem papel fundamental nesse contexto, pois está em contato profundo e direto com a população, tendo a oportunidade de educá-la e esclarecê-la quanto ao uso benéfico ou não das PICS, tanto em hospitais, centros de saúde ou junto da comunidade. Em 1997, o COFEN, por meio da Resolução 197, estabeleceu e reconheceu as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem. Através dessa Resolução, o profissional enfermeiro é reconhecido como terapeuta alternativo/complementar (em área específica), após concluir e ser aprovado em cursos reconhecidos em instituições de ensino, dispondo de carga horária mínima de 360 horas (TROVO; SILVA; LEÃO, 2003). Com o aumento da confiabilidade e da aceitação das TAC, juntamente com a falta de preparo dos profissionais de saúde em abarcar essas terapias nos cuidados prestados durante o atendimento nos serviços, possibilitam-se reflexões sobre o ensino acadêmico das mesmas. Entende-se, portanto, que é fundamental que os profissionais de Enfermagem sejam formados, tendo acesso ao núcleo básico das PICS, mas não é o que se

¹ Autor. Acadêmico de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões- Câmpus Santiago.

observa na prática universitária. Em pesquisa realizada em cinco escolas de Enfermagem do estado de São Paulo, evidenciou-se que a formação dos profissionais enfermeiros, em relação às PICS, se deu durante a carreira, disposta por cursos de diferentes formatos, com caráter de educação continuada e especialização, revelando a inexistência de um momento durante a graduação que praticasse a abordagem dessa temática (SILVA, et al.; 2013). Assim como acontece com profissionais de Medicina, ao mesmo tempo na Enfermagem, aqueles que se abrem para uma nova prática, em grande parte das vezes, realizam a formação em mais de uma PICS. O mesmo estudo expôs que o transcurso de introdução das terapias alternativas e complementares nessas cinco escolas de Enfermagem seguiu o presente fluxo: exposição às práticas, ao uso pessoal e à possibilidade do ensino e pesquisa (BARROS; TOVEY, 2007). Diante do exposto, formulou-se o seguinte questionamento: De acordo com a literatura, como ocorre o ensino das Práticas Integrativas e Complementares nos cursos superiores de Enfermagem e como é o contato dos discentes com essas práticas? OBJETIVO: Conhecer as publicações científicas acerca do ensino das Práticas Integrativas e Complementares na formação de profissionais enfermeiros. MÉTODO: O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com busca na base de dados LILACS. Para selecionar as publicações, foi realizada uma pesquisa em artigos e estudos publicados entre os anos de 2003 e 2013, compreendendo 10 anos de publicações, anteriores e posteriores à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICS), a qual foi publicada em 2006. Utilizou-se como descritor de assunto “TERAPIAS COMPLEMENTARES” e como palavras “ENSINO DE ENFERMAGEM”, combinados pelo operador booleano “AND”. A busca ocorreu no mês de junho de 2020. Foram incluídos, nesse trabalho, os artigos no idioma Português, com acesso ao texto completo e gratuito. As publicações que não se enquadraram nesses critérios foram excluídas. Após realizadas pesquisa e seleção dos materiais, conforme os critérios de inclusão, foram feitas leituras, objetivando compreender os pontos principais dos estudos. RESULTADOS E DISCUSSÕES: Foram localizados 8 artigos referentes às terapias complementares associadas ao ensino de Enfermagem. Utilizando os critérios supracitados de exclusão de artigos, restaram 5 que foram analisados para construir o presente trabalho. Os textos excluídos não estavam disponíveis na versão “texto completo”, justificando a não utilização dos mesmos para elaborar essa revisão. Os resultados encontrados enfatizaram

que as PICS não estão enquadradas como disciplinas obrigatórias na graduação em enfermagem. A formação dos profissionais da área com relação a essas práticas limita-se a cursos, disciplinas optativas e palestras esporádicas. Ou seja, não é abordada a utilização de tais técnicas de uma forma aprofundada e integral dentro da grade curricular do curso, restringindo o aprendizado dos discentes aos métodos alopáticos, desvalorizando os outros tipos de tratamento. No entanto, os estudos que tratam de metodologias e estratégias de ensino das PICS na educação em nível superior são escassos e insuficientes. De forma geral, a escassez de informações concretas e específicas a respeito dessas práticas, que comprovem ou neguem sua eficácia, limita a assistência da Enfermagem e a visão holística e integral que ela precisa ter, o que gera uma lacuna no cuidado da saúde pública (CHANTAL et al, 2013; FERNÁNDEZ et al., 2013). As publicações apresentadas, neste trabalho, evidenciaram a importância do aprendizado das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde (PICS) na construção de uma Enfermagem mais humanizada e bem-sucedida. Dada a complexidade do ser humano e a restrição do ensino alopático, tais práticas possibilitam o cuidar em um sentido amplo e integral. As terapias alternativas, na sua grande maioria, resgatam a compreensão do indivíduo de uma forma maior, única e mais respeitosa, possibilitando também ao cuidador uma nova forma de cuidar, que proporciona, acima de tudo, o bem-estar e previne doenças físicas e mentais no paciente. Além disso, as PICs promovem autonomia profissional, novas relações econômicas e simbólicas no campo da saúde, uma vez que possibilitam a construção social de novos papéis profissionais na Enfermagem brasileira, como o consultório privado e a prática clínica individual, frentes empreendedoras que realçam a importância, o empoderamento e o potencial da Enfermagem como ciência e não apenas como auxiliar do médico. No entanto, isso não significa que as terapias alternativas e complementares não possam ser levadas para dentro dos hospitais e das redes de atenção básica. É preciso que os profissionais da área disponham de formas alternativas e não convencionais de assistência, de modo que possam atender às múltiplas demandas de uma sociedade tão diversificada. Assim, nos debates atuais sobre o ensino de Enfermagem, destaca-se a relevância do acesso dos profissionais e graduandos aos resultados de estudos realizados sobre a utilização das PICS, vistos os inúmeros benefícios da aplicação de tais (BARROS; TOVEY, 2007; FERNANDÉZ et al., 2013). Outra questão abordada nos estudos enfatizou a

deficiência das pesquisas referentes às PICS, que de modo geral precisam ser mais bem investigadas, para que de fato possam ser conhecidos os limites e os reais benefícios de tais práticas, de modo a otimizá-las na assistência à saúde humana. Logo, a partir de um estudo conciso, a inserção das terapias alternativas e complementares na assistência ao paciente transformará o atual panorama da saúde pública. Também, a inclusão da temática no currículo obrigatório dos cursos de Enfermagem possibilitará a formação de profissionais de saúde mais completos, conscientes, empáticos e comprometidos com a humanização do atendimento e com a vida (TROVO, SILVA, LEÃO, 2003; BUÓGO et al., 2012). CONSIDERAÇÕES FINAIS: Este estudo possibilitou entender a real importância do ensino das PICS nos cursos de graduação em Enfermagem, bem como evidenciou que esse é insuficiente ou inexistente na maioria das escolas de Enfermagem. Isso mostra uma realidade bastante preocupante com relação aos futuros profissionais enfermeiros, que nem se quer sabem que as Terapias Complementares são especialidades e/ou qualificações da Enfermagem. Os resultados encontrados evidenciam a importância do conhecimento do enfermeiro sobre as PICS para que se preste uma melhor assistência. Sua incorporação desde a atenção básica tem como objetivo melhorar as condições dos pacientes, resultando em uma recuperação mais eficiente ou em uma morte mais tranquila e menos sofrida. Da mesma forma, destaca-se que para a execução das práticas integrativas e complementares é necessária formação específica na técnica, ou seja, formação em reiki, em aromaterapia, auriculoterapia, reflexologia, cromoterapia. No entanto, é de extrema importância que o conhecimento a respeito dessas se dê durante a formação em Enfermagem. Ainda, essa revisão possibilitou verificar que existem poucas obras sobre essa temática, tanto que é necessário que se produzam estudos para evidenciar a base científica das PICS.

Descritores: Enfermagem. Ensino de Enfermagem. Terapias complementares.

REFERÊNCIAS

BARROS, N. F.; TOVEY, P.; O ensino das terapias alternativas e complementares em escolas de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. v. 28, n. 2, p. 207-14, 2007.

BUÓGO, M. et al. O cuidado e o ensino das práticas integrativas: relato de experiência. **Rev bras med fam comunidade**. Florianópolis, 2012 Jun; 7 Supl1: 59.

FERNANDÉZ, A. B. C. et al. Estado atual do ensino de Terapias Complementares na formação superior de Enfermagem na Espanha. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 21, n. 3 [08 telas], mai/jun 2013.

SILVA, N. C. M. et al. Estratégias de ensino das terapias alternativas e complementares na graduação em Enfermagem: revisão integrativa. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 15, n. 4, p. 1061-7, out/dez 2013.

TROVO, M. M.; SILVA, M. J. P.; LEÃO, E. R.; Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. **Rev Latino-am Enfermagem**. v. 11, n. 4, p. 483-9, julho-agosto 2003.

O USO DE CLOROQUINA E HIDROXICLOROQUINA COMO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO

*Brunnella Brum Freitas*¹

*Mariana Ávila Monte*²

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*³

*Amanda Leitão Gindri*⁴

INTRODUÇÃO: A cloroquina e seu hidróxi-análogo, hidróxicloroquina, voltaram a ser os medicamentos mais procurados nas farmácias e drogarias do mundo, pelo fato de terem surgido como um possível tratamento contra a COVID-19. A cloroquina é uma aminoquinolina conhecida desde 1934; possui propriedades bioquímicas que são aplicadas em infecções virais e é eficaz em profilaxias, HIV, amebíase hepática e no tratamento do ataque agudo da malária (SAVARINO, 2003). Sua função é evitar a replicação do vírus e retardar o progresso da doença. Um estudo realizado pela revista *The Lancet* mostrou que esse fármaco não traz somente benefícios, como também malefícios, aumentando o risco de morte dos pacientes. Devido a essa pesquisa, no dia 25/05/2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) interrompeu o uso desses medicamentos como tratamento da COVID-19. **OBJETIVO:** O objetivo deste trabalho é conhecer a produção da literatura científica referente à cloroquina (CQ) e à hidróxicloroquina (HCQ) no uso do tratamento da malária e da COVID-19. **MÉTODO:** Revisão de literatura, desenvolvida na BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), pelo modo integrado, utilizando dois bancos de dados LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online). Ao cruzar os descritores de assunto “coronavírus” e “cloroquina” com o operador booleano “AND”, foram encontrados 7 artigos, nos quais 1

¹ Autora. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

⁴ Doutora em Farmácia. Docente do Curso de graduação em Farmácia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - Câmpus Santiago.

estava na LILACS e 6 na MEDLINE. Na pesquisa dos descritores de assunto “malária” e “cloroquina” com o operador booleano “AND”, 68 artigos foram encontrados, 1 na LILACS e 67 na MEDLINE. Nesse estudo foram incluídos artigos originais, com idiomas em Português e em Inglês, entre o período de 2017 e 2020 e que abordassem os resultados qualitativos da cloroquina e hidroxicloroquina como medicamentos para o tratamento da Malária e do Coronavírus. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 6 artigos foram analisados, sendo 3 relacionados à cloroquina e ao coronavírus e 3 relacionados à cloroquina e à malária, em consequência de que esses tinham uma maior precisão na abordagem do tema desejado. RESULTADOS E DISCUSSÕES: A literatura científica, selecionada a partir dessa busca, proporcionou fazer um panorama sobre a eficácia da CQ para a malária e sobre os estudos recentes referente ao uso da CQ e sua eficácia no tratamento da COVID-19. Dessa forma, apresentam-se, inicialmente, os resultados referentes à malária e, posteriormente, à COVID-19. Na década de 40, a malária, doença parasitária provocada por protozoários do gênero *Plasmodium*, foi causadora de muitas perdas humanas. Em 1947, a cloroquina (CQ) foi introduzida no uso clínico para o tratamento profilático da malária, mostrando de forma evidente que tem um valor terapêutico significativo como fármaco antimalárico. De acordo com os resultados dos estudos, a CQ tem um rápido início de ação, baixa toxicidade e é bem tolerada. O mecanismo mais aceito e discutido da cloroquina é a inibição da formação de β -hematina no vacúolo digestivo do parasita da malária (CORTOPASSI, 2018). No estágio eritrocítico, o parasita da malária utiliza a hemoglobina hospedeira para seu crescimento e proliferação e converte o heme tóxico em uma forma cristalina insolúvel não tóxica chamada hemozoína. No entanto, nos eritrócitos infectados (hemácias), o mecanismo de conversão do heme em hemozoína por fatores bioquímicos não é totalmente compreendido. A inibição da conversão heme-hemozoína em parasitas é uma das maneiras mais eficazes de tratar a malária (KONDAPARLA et al., 2018). Assim como diversas doenças, a malária, especialmente do gênero *Plasmodium falciparum*, desenvolveu uma resistência generalizada à cloroquina. Esse acontecimento é uma consequência da redução do acúmulo da CQ no vacúolo alimentar do parasita devido ao aumento do efluxo e à captação reduzida (KONDAPARLA, 2018). Apesar do aumento de parasitas da malária multirresistentes nas últimas décadas, a cloroquina mantém sua

relevância clínica. Em áreas endêmicas com *Plasmodium spp. não-falciparum*, suscetível à cloroquina, continua sendo um agente recomendado para o tratamento e prevenção da malária (IPPOLITO et al., 2018). Por outro lado, a maior preocupação e as dúvidas, nos dias atuais, estão relacionadas ao uso de medicamentos já existentes para testes clínicos contra a pandemia da COVID-19 e de como seria o funcionamento deles para o tratamento dessa doença. Considerar ou não antimaláricos como fármacos para SARS-CoV-2? Conforme a busca bibliográfica, realizada em artigos da MEDLINE e LILACS, encontraram-se possíveis respostas para essa pergunta. Demonstrou-se que o uso da cloroquina (CQ) e hidroxicloroquina (HCQ) foram capazes de bloquear a replicação viral da COVID-19, com algumas particularidades. Por exemplo, os pacientes que receberam 500 mg/dia de CQ alcançaram o bloqueio, já os pacientes que receberam HCQ bloquearam a replicação, independente da concentração ingerida; ambos medicamentos impedem a replicação no estágio inicial da entrada vírus, ou seja, nos primeiros 7 dias (WANG, et al., 2020). Dados da literatura relataram uma baixa incidência de efeitos colaterais, os que acontecem são em nível leve a médio, a complicação mais grave que ocorre é a toxicidade da retina, relacionada à dose diária que o paciente consome. Seria mais razoável utilizar esses antimaláricos na profilaxia inicial, em indivíduos saudáveis e que vivem em regiões de alto risco e/ou em pacientes com testes positivos, porém assintomáticos, visto que são remédios seguros e baratos para gerar efeitos em período inicial do contágio (WANG, et al., 2020). No entanto, ainda existem muitos poucos dados e pesquisas sobre a ideia de que a cloroquina e a hidroxicloroquina seriam uma opção para atuar contra essa infecção, e se esses medicamentos beneficiam pacientes com coronavírus, visto que pequenos testes podem variar de ambos os lados, ser benéfico ou ser prejudicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Por meio dessa busca e da análise dos textos selecionados, pode-se concluir que os usos das CQ e HCQ, para a malária, são eficientes e possuem resultados significativos quando introduzidos no tratamento dessa doença. Quando há o desenvolvimento de uma resistência à CQ, o indicado é o uso de análogos da cloroquina que exibem alta atividade contra o protozoário. Já no uso para o coronavírus, ainda é necessário buscar aperfeiçoamento científico para prestar uma assistência de qualidade e segura, a fim de declarar-se de fato que a cloroquina ou a hidroxicloroquina seriam medicamentos indicados para tal doença, visto que esses fármacos variam muito de

pessoa para pessoa e as reações causadas são muito particulares. Essa busca nas bases de dados possibilitou conhecer os estudos acadêmicos realizados com tais medicamentos para malária e COVID-19 e sua eficácia, assim como proporcionou conhecimento e crescimento para a formação acadêmica, especialmente sobre a importância das revisões da literatura no mundo científico.

Descritores: Cloroquina. Hidroxicloroquina. Coronavírus. Malária.

REFERÊNCIAS:

CORTOPASSI, W. et al. Chloroquine analogs as antimalarial candidates with potent in vitro and in vivo activity. **ScienceDirect**, Estados Unidos da América, v. 8. n. 3. p. 459-464, dez. 2018.

IPPOLITO, M. et al. Effect of Antiretroviral Therapy on Plasma Concentrations of Chloroquine and Desethyl-chloroquine. **Clinical Infectious Diseases**, Baltimore, v. 67. n. 10. p. 1617-1620, nov. 2018.

KONDAPARLA, S. et al. Synthesis, Biological Evaluation, and Molecular Modeling Studies of Chiral Chloroquine Analogues as Antimalarial Agents. **American Society for Microbiology**, Lucknow, v. 62. n. 12. p. 1-16, dez. 2018.

SAVARINO, A. et al. Efeitos da cloroquina nas infecções virais: uma droga antiga contra as doenças de hoje. **Fondation Méditerranée Infection**, Marselha, v. 3. n. 11. p. 722-727, nov. 2003.

WANG, M. et al. Remdesivir and chloroquine effectively inhibit the recently emerged novel coronavirus (2019-nCoV) in vitro. **Cell Research**, China, v. 30. n. 3. p. 269-271, mar. 2020.

USO INDEVIDO DE MEDICAMENTOS NO BRASIL

*Henrique Da Rosa*¹

*Wagner Cunha*²

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*³

*Amanda Leitão Gindri*⁴

INTRODUÇÃO: O uso indevido de medicamentos no Brasil tem sido alvo de segurança pelos sistemas nacionais de farmacovigilância sustentáveis e intensificados, caracterizado por estudos que analisam os sistemas de vigilância de saúde pública. Em 2010, a OMS propôs recomendações para requisitos e atribuições mínimas de sistemas nacionais de farmacovigilância (WHO, 2010). Há um abrangente que fundamenta as ações de farmacovigilância no Brasil. No entanto, há notória escassez de estudos que avaliem as ações de farmacovigilância, sobretudo na perspectiva dos sistemas de notificação e processamento, bem como da análise e do retorno das informações aos notificadores, mediante ações efetivas que ampliem o uso racional dos medicamentos e a segurança dos pacientes, conforme pesquisa realizada na LILACS e retirada da fonte Cadernos de Saúde Pública. Além disso, combinações erradas de medicamentos diferentes podem anular ou até mesmo potencializar o efeito. Somente profissionais capacitados podem diagnosticar o remédio para o tratamento adequado. O uso racional de medicamentos foi definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um objetivo a ser atingido devido aos dados alarmantes de complicações geradas pela falta de orientações do uso indevido de medicamento, conforme dados da OMS (OMS, 2010). **OBJETIVO:** Conhecer a literatura nacional disponível sobre uso indevido de medicamento que é considerado um problema de saúde. **MÉTODO:** Trata-se de revisão de literatura do tipo narrativo com uma abordagem qualitativa, realizada na base de dados LILACS. Utilizou-se o descritor “uso

¹ Autor. Acadêmico de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autor. Acadêmica de Farmácia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões- Câmpus Santiago.

⁴ Doutora em Farmácia. Docente do Curso de graduação em Farmácia da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões- Câmpus Santiago.

indevido de medicamentos” sem associação a outro termo, resultando 12 publicações. Como critérios de inclusão, selecionaram-se estudos na Língua Portuguesa, excluindo-se teses, dissertações ou outros tipos de pesquisas. RESULTADOS E DISCUSSÕES: A associação entre as mudanças fisiológicas enfrentadas pelos idosos e a necessidade de múltiplas terapias, assim como a tendência de crescimento desta faixa etária, têm levado muitos pesquisadores a avaliarem a qualidade do uso de medicamentos nessa população, inclusive no Brasil. Em tais estudos, diversos métodos e instrumentos para identificar padrões inadequados de prescrição em idosos foram desenvolvidos, muito embora vários deles se limitem a descrever a frequência de prescrição dos medicamentos sem uma abordagem qualitativa (RIBEIRO, et al., 2005). O processo de envelhecimento envolve déficit progressivo da reserva funcional de múltiplos órgãos e sistemas, influencia a farmacocinética e farmacodinâmica dos medicamentos, especialmente sua biotransformação hepática e excreção renal, aumentando a predisposição à toxicidade relacionada ao uso de fármacos. Uma prescrição inapropriada abrange o uso de medicamentos que apresentam um risco significativo de evento adverso, quando há evidência de alternativa igual ou mais efetiva, com menor risco para tratar a mesma condição. Além disso, a prescrição inapropriada inclui o uso de medicamentos em uma frequência ou período maior do que clinicamente indicados, o uso de múltiplos medicamentos que possuem interações medicamentosas a subutilização de medicamentos benéficos que são clinicamente indicados, mas não são prescritos por discriminação da idade ou razões ilógicas. Atualmente, as prescrições inapropriadas para idosos são consideradas um problema de saúde pública devido à sua relação direta com o aumento da morbidade, da mortalidade e dos custos (O’MAHONY, et al., 2008). Considerando a importância da atenção primária no cuidado da saúde do idoso e as expectativas de crescimento exponencial da população idosa brasileira para 32 milhões de pessoas em 2025, a existência de instrumento informativo de alerta para os profissionais que atuam na atenção básica pode contribuir para melhoria da qualidade da prescrição de medicamentos aos idosos atendidos em unidades de saúde da família e atenção primária. O objetivo desse estudo foi analisar o acesso e apresentar os medicamentos potencialmente inapropriados para idosos, disponíveis no sistema de saúde brasileiro, de acordo com os Critérios de Beers, tomando como base a RENAME 2010 e a Relação de Medicamentos da

AFB. De acordo com resultados e pesquisas realizadas pela: Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) 2010 e da lista de medicamentos contidos nos componentes básicos da assistência farmacêutica conforme conteúdo extraído na revista de APS, em dezembro de 2011. Foi analisado que 9,9% dos medicamentos contidos na RENAME 2010 e 22,4% da relação de medicamentos da assistência farmacêutica básica foram considerados potencialmente inapropriados para idosos, de acordo com o critério de Beers. O conhecimento básico da efetividade e segurança dos medicamentos é fundamental para seu uso adequado nos idosos. Muitos fatores, que são únicos dessa faixa etária, como múltiplas comorbidades, alterações da senescência, dificuldades de comunicação, diminuição da cognição e apresentação atípica de doenças podem complicar a prescrição apropriada de medicamentos nos idosos (ROCHON, STUKEL, SYKORA et. al., 2005). Estima-se que 23% da população brasileira consomem 60% da produção nacional de medicamentos e que 64,5 milhões de pessoas em condições de pobreza não têm como custear suas necessidades básicas e acesso aos medicamentos (TEIXEIRA; LEFREVE, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Acredita-se que a divulgação dos medicamentos disponibilizados na consulta em que o paciente tomou por conta própria, possa contribuir como uma ferramenta de apoio ao médico do paciente no momento da prescrição. Da mesma forma, divulgações em rádio, revista, jornal e televisão, possam servir de base para uma reflexão sobre a necessidade de elaboração de critérios que definam medicamentos inapropriados em idosos no Brasil. Conclui-se que práticas como debates e divulgações dos temas relacionados à saúde, são capazes de qualificar professores para atuarem como facilitadores de ações preventivas em saúde, tornando os alunos multiplicadores dos conteúdos para familiares e amigos, contribuindo para a promoção da melhoria na qualidade de vida da população, com o objetivo de minimizar agravos e danos causados pelo uso incorreto de medicamentos. Quando o paciente recebe orientações de médicos ou farmacêuticos, ele é informado sobre os riscos que o uso inadequado pode causar. Além disso, combinações erradas de medicamentos diferentes podem anular ou potencializar o efeito do outro. Somente um médico pode diagnosticar doenças, indicar tratamentos e receitar medicações.

Descritor: Uso indevido de medicamentos.

REFERÊNCIAS

O'MAHONY, D.; GALLAGHER, P. F. **Inappropriate prescribing in the older population: need for new criteria.** *Age and Ageing*, Oxford, v. 37, p. 138-141, 2008.

RIBEIRO, A. Q. et al. Qualidade do uso de medicamentos por idosos: uma revisão dos métodos de avaliação disponíveis. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 1037-1045, Dec. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2020.

TEIXEIRA, J. J. V.; LEFEVRE, F. A prescrição medicamentosa sob a ótica do paciente idoso. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 207-213, Apr. 2001. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102001000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Minimum requirements for a functional pharmacovigilance system.** Disponível em:
<https://www.who.int/medicines/areas/quality_safety/safety_efficacy/PV_Minimum_Requirements_2010_2.pdf?ua=1>. Acesso em: 07 jul. 2020.

PREVENÇÃO DE INFECÇÃO HOSPITALAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

*Bruno Lucas Santos*¹

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*²

INTRODUÇÃO: A infecção hospitalar tem acometido muitas pessoas ao longo dos anos, tornando-se mundialmente um problema de saúde pública. Segundo a Portaria nº 2616, de 12 de maio de 1998, do Ministério da Saúde, infecção hospitalar é aquela adquirida após a admissão do paciente e manifestada durante a internação ou após a alta (FONTANA et al., 2006). Ademais, ela acarreta problemas de forma bilateral, pois aumenta o tempo de tratamento do paciente, gerando riscos e incômodos para ele, quadro que tem se tornado cada vez mais frequente, e a ocupação de leitos por um tempo maior que acarreta a sobrecarga das instalações, dos profissionais e dos custos para os hospitais (WENZEL, 1995). Nesse cenário, o Projeto Diretrizes da Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina mostram progressos na área epidemiológica, fornecendo assim, material fundamental para que medidas simples e eficazes possam ser tomadas por todos os profissionais da saúde no que tange a prevenção. Quando se trata de saúde, é unânime o pensamento de que tratar o problema antes dele acontecer é muito mais vantajoso e sendo esse mesmo vinculado ao meio hospitalar, acaba por ser assegurado o direito de proteção e recuperação por meio de políticas públicas e sociais, amparo esse materializado no Artigo 196, da Constituição Federal de 1988. Amélia Lopes, enfermeira e especialista em Enfermagem, saúde e segurança do trabalho, apresenta uma possibilidade de trabalho aos enfermeiros, pois a presença desse profissional é necessária para a formação de equipe de Controle de Infecção Hospitalar, o que demanda das instituições a contratação de tais profissionais e com tamanha responsabilidade a qualidade do trabalho deve ser diretamente proporcional (FERNANDES, 2014). Os enfermeiros são vistos dentro dos

¹ Autor. Acadêmico de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões- Câmpus Santiago.

hospitais como controladores de infecções, realizando principalmente diagnósticos e notificações de infecções, aprimorando-se profissionalmente para ter condições de prever os riscos, preveni-los, assessorar em quadros já confirmados e ter condições de orientar a equipe de saúde do hospital referente aos procedimentos mais adequados. Sendo assim, a capacitação dos profissionais da área da saúde deve sempre ser revista, aperfeiçoada e medida para que possam reduzir os índices de complicações de saúde em decorrência de falha humana, tendo claro que a prevenção é fator preponderante no assunto que está sendo trazido. Com tamanha importância no assunto em pauta, os enfermeiros ganham holofotes e seu conhecimento torna-se objeto de pesquisa, entendendo os pesquisadores que examinar os avaliadores seja a melhor forma de mensurar a realidade dos fatos.

OBJETIVO: O objetivo deste trabalho é identificar, na literatura científica, as principais possibilidades de prevenção para a infecção hospitalar. **MÉTODO:** Foi realizada em junho de 2020 uma busca na base de dados LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), com os descritores de assunto “infecção hospitalar” e “prevenção” associados pelo operador booleano “AND”. A busca totalizou 7 estudos, sendo 5 artigos e 2 teses e não se utilizaram critérios de exclusão. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Todos os estudos, em geral, tratavam sobre a educação permanente em saúde para potencializar as práticas de prevenção, imperícia profissional, sistematização da assistência de enfermagem em relação à rotina institucional e necessidade dos pacientes, medição de conhecimento de profissionais da saúde através de questionários, importância da reciclagem de conhecimento para fixação de conhecimentos básicos, níveis de conhecimento das precauções padrões para atividades do trabalho do enfermeiro, comparativo entre os profissionais da saúde relativo a nível de conhecimento sobre prevenção de infecção hospitalar e a relação desse conhecimento com o tempo de atuação profissional. As pesquisas mostram a preocupação em se mensurar a capacidade dos enfermeiros na prevenção das infecções hospitalares, tendo sido utilizados questionários e acompanhamento do ambiente de trabalho para obter as respostas. A tese apontou que uma pequena parcela dos enfermeiros não sabia a importância das medidas básicas de higiene adotadas nos procedimentos do dia a dia, alguns nem mesmo sabiam quais eram esses procedimentos (HUAMÁN, 2014). É válido ressaltar que a maioria dos profissionais conhecia e entendia a importância dos procedimentos. Após um aprofundamento do

questionário, o tempo de serviço revelou-se inversamente proporcional aos conhecimentos esperados. As palestras e a sistematização da educação em saúde mostraram-se eficientes na manutenção e no resgate de conhecimentos, a exemplo disso, o artigo “Conhecimento de Estudantes da Área da Saúde Sobre o Controle e Prevenção de Infecções Hospitalares” mostra a efetividade instantânea da palestra ao realizar um questionário antes e o mesmo após a apresentação. Uma preocupante situação é a sistematização da assistência de Enfermagem, atendendo mais as rotinas institucionais do que as carências do paciente, trazendo a necessidade de uma revisão da SAE para que essa norteie a ação do profissional e contemple as rotinas e as necessidades em um mesmo plano, possibilitando prevenir as infecções. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Este estudo é de grande valia por trazer respostas ao cenário de infecção hospitalar, mostrando a necessidade de uma reciclagem com menor espaçamento possível como uma prioridade a ser posta em prática, tendo em vista que o conhecimento relacionado aos procedimentos básicos foi inversamente proporcional ao tempo de atuação profissional em alguns estudos. Além disso, demonstra que os hospitais devem destinar o mesmo cuidado que se tem com os protocolos de saúde do paciente, visando a deixar a assepsia do paciente e do profissional alinhada com o protocolo hospitalar. Como também, os procedimentos básicos poderiam ser de revisão obrigatória em todos os semestres da formação dos profissionais da saúde para que desde o princípio já ocorra essa reciclagem e preocupação com tais procedimentos. Seria de grande valia que houvesse mais estudos em relação ao tema para que se possa ter um comparativo mais freqüente, ao longo do tempo, possibilitando a implementação de mais sistemas de melhoria contínua.

Descritores: Infecção hospitalar. Prevenção. Revisão de literatura.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Amélia et. al. Sistematização da assistência de enfermagem na prevenção de infecções em unidade de terapia intensiva. **Journal of Research: Fundamental Care Online**, Rio de Janeiro, v. 6. n. 1. p. 1580-1589, dez. 2014.

FONTANA, Rosane et. al. A prevenção e o controle de infecções: um estudo de caso com enfermeiras. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59. n. 3. p. 1-3, jun. 2006.

HUAMÁN, Revollar et. al. Conocimientos sobre medidas de bioseguridad en el profesional de enfermería del Hospital San Miguel Ayacucho - 2013. **Repositorio Digital de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos**, Guatemala, 2014.

WENZEL, Richard. The Lowbury Lecture. The economics of nosocomial infections. **Journal of Hospital Infection**, Estados Unidos da América, v. 31. n. 2. p. 79-87, out. 1995.

TRANSTORNO MENTAL NO PÓS-PARTO

*Angelita De Lara Brum Pedroso*¹

*Lauren Naressi Duarte*²

*Naiana Chimendes Anibale*³

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*⁴

INTRODUÇÃO: A maternidade, muitas vezes, não é um evento planejado, desejado para algumas mulheres, talvez por motivos que marcaram negativamente suas vidas, mas vale ressaltar que é nesse período que se inicia a relação de afeto conflitante entre a gestante e o bebê. A puerperabilidade, período em que o corpo da mulher se recupera do desgaste físico da gravidez e do parto, é considerada o momento mais vulnerável à manifestação de transtornos mentais (CANTILINO, et al., 2010). Trata-se de um período negligenciado de assistência direcionada para a mãe, sendo a maior parte das atenções voltadas ao bebê, desconsiderando as transformações psicológicas que permeiam o período gravídico puerperal (SALIN, ARAÚJO, GUALDA, 2010;). Há, também, um estudo indicando que mulheres com história prévia de depressão apresentam risco 50% maior de desenvolver essa enfermidade no puerpério (FELIX, 2008). Em mulheres com história prévia de depressão pós-parto (DPP), observa-se risco 70% maior de desenvolverem outro episódio depressivo e, em casos de DPP prévia e melancolia da maternidade, *baby blue*, esse risco aumenta para 85%. Segundo dados da literatura, mães com menor escolaridade, que não residem com o companheiro, não são primigestas, que idealizaram aborto, fizeram uso de álcool/tabaco, sofreram algum evento estressor, tiveram depressão anterior e depressão na família, apresentam maior probabilidade de desenvolver depressão (FELIX, 2008). Nos estudos sobre o tema, observa-se que a avaliação da depressão pode ser realizada em fases

¹ Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

⁴ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões- Câmpus Santiago.

diferentes do ciclo gravídico-puerperal. No entanto, há evidências suficientes de que quanto mais precoce for identificada a patologia, maiores serão as chances de prevenir o agravamento dos sintomas e, por conseguinte, de proteger o desenvolvimento do vínculo mãe/bebê. A não amamentação também é uma consequência importante da DPP, pois mães deprimidas podem interromper a amamentação mais precocemente, não possibilitando um momento de forte interação e intimidade entre mãe e filho. OBJETIVO: Conhecer a literatura nacional por meio de revisão integrativa, referente à depressão pós-parto. MÉTODO: Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativo, com busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) no modo integrado. Utilizou-se o termo “depressão pós-parto” como pesquisa, sendo escolhidos os artigos em Português da base de dados LILACS, publicados nos últimos 5 anos (2015-2020), onde o assunto principal fosse “Depressão pós-parto”, totalizando 27 estudos. Desses, foram excluídos 20 artigos por questões relacionadas à temática, sendo analisados 7 estudos para a realização deste trabalho. RESULTADOS E DISCUSSÕES: Diante dos resultados obtidos, os estudos brasileiros avaliaram que depressão pós-parto traz inúmeras consequências em relação ao vínculo da mãe e do bebê, no que se refere ao aspecto afetivo, além de sequelas na vida adulta. Segundo dados da Literatura, a depressão pós-parto pode estar associada a episódios anteriores de depressão, gravidez indesejada, mães com menor escolaridade, solteiras, primigestas que idealizaram o aborto, bem como a mudanças hormonais ocorridas durante a gestação. A não amamentação também é uma consequência importante da depressão pós-parto, pois mães deprimidas podem interromper a amamentação mais precocemente, não possibilitando um momento de forte interação e intimidade entre mãe e bebê. A avaliação da depressão pós-parto pode ser realizada em fases diferentes do ciclo gravídico-puerperal. Porém, se diagnosticada e tratada de forma imediata, menores serão as chances de agravar os sintomas e, assim, preservar a relação afetiva entre mãe e filho. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os dados aqui apresentados demonstram a grande necessidade de novas ações na atenção às gestantes, principalmente durante a realização do pré-natal, visando a oferecer acompanhamento específico durante a sua gestação, com o suporte psicológico de que necessita naquele momento. A depressão pós-parto pode ser considerada um problema de saúde pública. É uma condição clínica séria que ocorre no puerpério e que exige uma análise precisa e precoce. Quando não

diagnosticada, pode ter impacto negativo para a mãe e para a criança, podendo atingir toda a estrutura familiar. Esses fatores podem ser identificados com antecedência e com o acompanhamento de um profissional especializado em transtornos mentais, reduzindo assim, o risco dessa condição. A incorporação de um profissional da área de saúde mental na equipe que acompanha o pré-natal, bem como naquelas que atendem o parto no hospital, poderia ser de muita ajuda nos casos identificados pelo diagnóstico precoce de depressão durante a gestação e o pré-natal. Além disso, deve-se considerar a necessidade de implantar ações voltadas para o acompanhamento da gestante no momento do parto, visando a treinar as equipes de saúde a fim de capacitá-las para oferecerem à mulher o suporte de que necessita nesse momento tão delicado, sabendo que o apoio pode ser benéfico também para a redução do risco de depressão puerperal. Da mesma forma, uma vez que essa ocorre após a alta hospitalar da gestante, seria recomendável que o cuidado da equipe multiprofissional se estendesse ao domicílio.

Descritores: Depressão Pós-Parto.

REFERÊNCIAS:

CANTILINO, A. et al. Transtornos psiquiátricos no pós-parto. **Revista de Psiquiatria Clínica**, Recife, v. 37, n.6, p. 288-94, 2010.

FELIX, G. M. A., GOMES, A. P. R., FRANÇA, P. S., Depressão no ciclo gravídico-puerperal. **Comun Ciênc Saúde**, Distrito Federal, v.19, p. 51-60, 2008.

SALIM, N. R.; ARAÚJO, N. M.; GUALDA, D. M. R. Corpo e sexualidade: a experiência de um grupo de puérperas. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, São Paulo, v.18, n.4, p. 732-739, 2010.

TRANSTORNOS DESENCADEADOS PELO ESTRESSE NO COTIDIANO ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

*Bárbara Ramos Margarin*¹

*Bruna Xavier Pereira*²

*Emannuele de Almeida Soares*³

*Patrícia Bitencourt Toscani Greco*⁴

INTRODUÇÃO: Atualmente, tem-se acompanhado a crescente utilização do termo estresse, nos mais variados contextos. Além disso, existem diversos estudos que abordam o seu diagnóstico entre estudantes de Enfermagem, principalmente o do ensino superior (MULATO, et al., 2011). Ao entrar na universidade, o estudante começa outra etapa de sua vida, o que promove mudanças e exige adaptações a esse ambiente e às novas circunstâncias de vida. O estresse é um processo no qual o organismo responde aos eventos cotidianos que levam o indivíduo a se adaptar ou não, desafiando constantemente o seu limiar no ajuste a um novo equilíbrio. Assim, a resposta ao estresse depende, em grande medida, da forma como o indivíduo filtra e processa a informação e sua avaliação sobre as situações ou estímulos a serem considerados como relevantes, agradáveis, aterrorizantes, outros. Essa avaliação determina o modo de responder diante da situação estressora e a forma como o mesmo será afetado pelo estresse (KESTENBERG, et al., 2017). O estresse libera uma mistura complexa de hormônios e substâncias químicas que provocam diversos transtornos de ansiedade, obesidade, depressão além de causar gastrites nervosas, irritabilidade, oscilações da pressão e doenças cardíacas. Profissões da saúde, como a Enfermagem, que possui contato direto com pessoas vulneráveis, física e psicologicamente, estão mais sujeitas ao estresse desde a academia, em que o estudante se

¹ Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

² Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

³ Autora. Acadêmica de Enfermagem da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

⁴ Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões. Câmpus Santiago.

depara com circunstâncias que requerem decisões imprescindíveis no cuidado ao próximo, além da ansiedade e da insegurança. Esses sintomas podem ser exacerbados ao longo do processo de formação, pelo fato de cursos exigirem habilidades cognitivas de alto nível, agilidade e disposição do estudante (COSTA, et al., 2018). OBJETIVO: Conhecer a literatura nacional referente aos transtornos desencadeados pelo estresse em estudantes de enfermagem. MÉTODO: Trata-se de revisão de literatura do tipo narrativo, a coleta de dados foi realizada na base de dados Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Utilizaram-se os descritores “estresse psicológico” e “estudantes de enfermagem” associados pelo operador booleano *AND*, totalizando 48 produções científicas. Aplicaram-se os critérios de inclusão, no qual selecionou apenas os artigos, que apresentavam se na íntegra, com o resumo completo. Excluíram-se produções que não eram da temática e que não apresentasse resumo. A partir disso, selecionou-se 4 artigos para a realização da análise descritiva dos estudos analisados. RESULTADOS E DISCUSSÕES: Com base nos artigos encontrados, 3 artigos foram utilizados para a realização deste resumo, 20 artigos foram descartados por não se adaptarem ao tema e o restante dos artigos constavam em língua estrangeira. A partir da leitura dos artigos, evidenciou-se que o enfrentamento do desconhecido pelo graduando de enfermagem, tal como a atribuição a ele de tarefas na assistência aos pacientes de maior risco de sofrimento, morte e ou dependência, gera um estresse que pode ser caracterizado de modo físico e emocional, manifestando-se de diferentes formas e intensidades. Os graduandos apresentaram em sua totalidade sintomas físicos semelhantes, como cansaço constante (77,3%), sensação de desgaste físico constante (76,8%), problemas com a memória (68,4%), tensão muscular (55,3%) e mudança de apetite (42,1%). Em relação aos sintomas psicológicos manifestados pelos graduandos, os mais prevalentes foram: cansaço excessivo (70,5%), irritabilidade excessiva (58,4%), pensar constantemente num só assunto (52,6%) e irritabilidade sem causa aparente (46,8%); são também os que mais aparecem em estudo anterior. Além destes, foram verificados, ainda a vontade de fugir de tudo (54,7%), pensar constantemente em apenas um assunto (52,6%), sensibilidade emotiva excessiva (47,9%) e irritabilidade sem causa aparente (46,8%). Da mesma forma, alertam que os sintomas físicos e psicológicos podem dificultar o desempenho de habilidades acadêmicas necessárias aos estudantes. O universitário assume atividades rotineiras que envolvem

alto desempenho e concentração de esforços voltados para uma rotina de estudos constantes e crescentes, podendo se tornar uma fonte de estímulos estressores. O desgaste pode ser físico ou emocional, trazendo danos à saúde podendo levar a diminuição da produtividade (KESTENBERG, et al., 2017). Em nossa vivência acadêmica, observa-se que no primeiro e segundo período da graduação, além da adaptação, há um número expressivo de disciplinas. Os estudantes enfrentam o tempo e a distância do deslocamento até suas moradias, onde diversos acadêmicos residem longe da universidade ou até mesmo em outras cidades. Ao chegarem a suas residências, ainda se dedicam para a realização de trabalhos, seminários e execução de tarefas. Já no terceiro período, os acadêmicos iniciam com suas aulas práticas em hospitais, na atenção primária e em outros serviços de saúde. Neste momento, os alunos possuem seu primeiro contato com as doenças humanas, seus determinantes físicos e psicológicos, além da dor, sofrimento e a morte. Tudo isso contribui para o aumento do estresse nestes acadêmicos. Estudo com graduandos de enfermagem evidenciou que 52,4% não praticam atividade física e 95,5% têm menos de oito horas de sono o que pode concorrer para aumento do estresse. Estes fatores podem desencadear nos graduandos problemas advindos do estresse, como baixa capacidade de concentração e memorização, favorecendo a diminuição do rendimento acadêmico e da qualidade da assistência de enfermagem durante os estágios. Portanto, a presença de estresse entre os graduandos de enfermagem relaciona-se à exposição a um número crescente de situações comuns ao meio acadêmico às quais precisam se adaptar, além das demandas e pressões vindas da família e do meio social. Os sintomas do estresse podem afetar os estados físicos, psicológicos ou os dois. A vulnerabilidade mista é a tendência de somar junto a vulnerabilidade emocional. Muitas vezes os alunos não conseguem se adaptar aos estressores, e estes podem desencadear um conjunto de respostas negativas e que favorecem a diminuição do bem-estar de cada acadêmico. Desse modo, sintomas físicos e psicológicos dificultam o desempenho de habilidades acadêmicas aos estudantes. Um dado curioso foram os graduandos dos últimos períodos que comparados aos demais graduandos de outros períodos desenvolveram com o tempo uma forma para enfrentar o estresse, geralmente esse mecanismo de enfrentamento são denominados de resiliência que compreende o desenvolvimento sadio do indivíduo (KESTENBERG, et al., 2017). CONSIDERAÇÕES FINAIS: Em virtude dos fatos

mencionados, evidenciou-se que grande parte dos graduandos demonstram exuberante exaustão, ansiedade e fatores estressores. Por meio dessa busca, foi possível perceber que o predomínio do estresse entre graduandos de enfermagem e o alto desempenho realizado nas tarefas exige em demasia, estudos constantes e alta concentração que contribuem para os estímulos estressores. As consequências que o estresse acarreta na vida de jovens estudantes, é de grande impacto quando os encontramos em situações árduas como depressão, ansiedade, irritabilidade, gastrite nervosa e doenças como problemas cardíacos e oscilações da pressão. Considerando que a qualidade de vida desses acadêmicos é uma preocupação relevante nos dias atuais, entendemos que, através do desenvolvimento de métodos, orientação e treinamento, é possível prevenir disfunções e transtornos físicos e psicológicos durante o período de graduação. É importante desenvolver comportamentos preventivos para que as pessoas identifiquem os seus estímulos estressores e aprendam a enfrenta-los. Com isso, acreditamos que esta pesquisa serviu para que os participantes refletissem sobre seus conhecimentos acerca do assunto e a necessidade de buscar maiores informações para conceber amparo para os estudantes que desenvolvem os fatores estressores durante o período de graduação, auxiliando durante o curso e para a própria vida profissional, construindo uma fonte de assistência para o bem da saúde mental.

Descritores: Estresse psicológico. Estudantes de enfermagem.

REFERÊNCIAS

COSTA, et al. Estresse entre estudantes de graduação em enfermagem: associação de características sociodemográficas e acadêmicas, **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 3, p. 475-482, setembro/dezembro 2018 - ISSN 1983-1870 - e-ISSN 2176-9206. Disponível em: <<http://10.17765/1983-1870.2018v11n3p475-482>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

KESTENBERG, et al. Estresse em graduandos de enfermagem. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2017; 25:e 26716. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2017.26716>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

MULATO, S. et al. Estresse na vida do acadêmico em enfermagem. (Des)conhecimento e prevenção. **Invest Educ Enferm**, v. 29, .n 1, 2011, p. 109 - 117.

A presente edição foi composta pela URI, em caracteres Book Antiqua,
formato PDF, em setembro de 2021.